



**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
E NOTAS EXPLICATIVAS 2019**
Gestão Previdencial

Índice

Demonstrações Contábeis	2
Balanço Patrimonial Consolidado	2
Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - Consolidada	3
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios Regulamento Complementar n� 1 ...	4
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios Regulamento Complementar n� 2 ...	5
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios Regulamento Geral	6
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios PrevMais	7
Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios Regulamento Complementar n� 1	8
Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios Regulamento Complementar n� 2	9
Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios Regulamento Geral	10
Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios PrevMais	11
Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Consolidado	12
Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios Regulamento Complementar n� 1	13
Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios Regulamento Complementar n� 2	14
Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios Regulamento Geral	15
Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios PrevMais	16
Notas Explicativas	17
1. Contexto Operacional	17
2. Planos Administrados	17
3. Apresenta�o Demonstra�es Contábeis	19
4. Principais Práticas Contábeis	20
5. Controles Internos e Ger. de Riscos	27
6. Realizável da Gestão Previdencial	30
7. Realizável da Gestão Administrativa	31
8. Realizável de Investimentos	32
9. Permanente	42
10. Gestão Assistencial	42
11. Exigível Operacional	42
12. Exigível Contingencial	43
13. Provisões Matemáticas	46
14. Superavit / Deficit Técnico	50
15. Fundos	54
16. Resultado Administrativo	55
17. Resultado dos Investimentos	57
18. Partes Relacionadas	57
19. Aprova�o Demonstra�es Contábeis ...	58
20. Outras Informa�es	58
21. Evento Subsequente	58

Balanco Patrimonial Consolidado

ATIVO		Nota	2019	2018	PASSIVO		Nota	2019	2018
DISPONÍVEL			638	24	EXIGÍVEL OPERACIONAL		11	21.618	16.679
REALIZÁVEL			7.439.066	6.799.634	Gestão Previdencial			12.910	10.674
Gestão Previdencial	6		541.725	482.154	Gestão Administrativa			7.169	5.683
Gestão Administrativa	7		30.292	19.567	Investimentos			1.539	322
Investimentos	8.1		6.867.049	6.297.913	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL		12	294.371	241.842
Títulos Públicos			3.622.833	3.374.691	Gestão Previdencial			269.263	217.212
Créditos Privados e Depósitos			688.393	638.531	Gestão Administrativa			18.324	18.062
Ações			116.740	113.432	Investimentos			6.784	6.568
Fundos de Investimento			2.056.086	1.836.095	PATRIMÔNIO SOCIAL			7.125.050	6.542.864
Investimentos Imobiliários			139.461	121.848	Patrimônio de Cobertura do Plano			7.019.090	6.444.343
Empréstimos			233.535	203.474	Provisões Matemáticas		13	6.873.085	6.492.836
Depósitos Judiciais/Recursais			6.497	6.294	Benefícios Concedidos			6.957.395	6.773.548
Outros Realizáveis			3.504	3.548	Benefícios a Conceder			2.172.182	1.949.982
PERMANENTE	9		1.335	1.727	(-) Provisões Matemáticas a Constituir			(2.256.492)	(2.230.694)
Imobilizado			651	715	Equilíbrio Técnico		14	146.005	(48.493)
Intangível			684	1.012	Resultados Realizados			(166.463)	(353.442)
GESTÃO ASSISTENCIAL	10		352.731	390.166	(-) Deficit Técnico Acumulado			(166.463)	(353.442)
					Resultados a Realizar		14.2	312.468	304.949
					FUNDOS		15	105.960	98.521
					Fundos Previdenciais			17.332	15.237
					Fundos Administrativos			80.487	76.257
					Fundos dos Investimentos			8.141	7.027
					GESTÃO ASSISTENCIAL		10	352.731	390.166
TOTAL DO ATIVO			7.793.770	7.191.551	TOTAL DO PASSIVO			7.793.770	7.191.551

Amauri Aguiar de Vasconcelos
Diretor Superintendente
CPF 241.975.483-20

Júlio Cezar Tozzo Mendes Pereira
Diretor Financeiro
CPF 379.765.161-91

Mauricio Aparecido Lopes
Diretor de Seguridade
CPF 078.627.298-89

Tadeu Pigion Horta Fernandes
Contador
CRC 1 SP 241642/O-1
CPF: 222.044.038-90

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - Consolidada

DESCRIÇÃO	2019	2018	Variacão (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	6.542.864	6.098.176	7,29
1. Adi�es	1.269.463	1.101.826	15,21
(+) Contribui�es Previdenciais	373.225	249.733	49,45
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	841.155	817.386	2,91
(+) Receitas Administrativas	50.167	28.299	77,27
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	3.802	5.396	(29,54)
(+) Constitui�o de Fundos de Investimentos	1.114	1.012	10,08
2. Destina�es	(687.277)	(657.138)	4,59
(-) Benefícios	(602.494)	(571.820)	5,36
(-) Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(42.563)	(27.607)	54,17
(-) Despesas Administrativas	(49.057)	(50.278)	(2,43)
(-) Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(682)	(313)	117,89
(-) Resultados a Realizar	7.519	(7.120)	(205,60)
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	582.186	444.688	30,92
(+/-) Provisões Matemáticas	380.249	(936.613)	(140,60)
(+/-) Superavit / (Deficit) Técnico do Exercício	186.979	1.504.251	(87,57)
(+/-) Resultados a Realizar	7.519	(7.120)	(205,60)
(+/-) Fundos Previdenciais	2.095	(99.946)	(102,10)
(+/-) Fundos Administrativos	4.230	(16.896)	(125,04)
(+/-) Fundos dos Investimentos	1.114	1.012	10,08
4. Opera�es Transitórias	-	-	-
B) Patrimônio Social no final do exercício (A+3+4)	7.125.050	6.542.864	8,90
5. Gestão Assistencial	(51.890)	(54.249)	(4,35)
(+) Receitas Assistenciais	282.658	294.092	(3,89)
(-) Despesas Assistenciais	(334.548)	(348.341)	(3,96)

Amauri Aguiar de Vasconcelos
Diretor Superintendente
CPF 241.975.483-20

Júlio Cezar Tozzo Mendes Pereira
Diretor Financeiro
CPF 379.765.161-91

Mauricio Aparecido Lopes
Diretor de Seguridade
CPF 078.627.298-89

Tadeu Pignon Horta Fernandes
Contador
CRC 1 SP 241642/O-1
CPF 222.044.038-90

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

Regulamento Complementar n  1

DESCRIÇÃO		2019	2018	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício		50.382	45.053	11,83
1. Adições		9.546	7.125	33,98
(+)	Contribuições	4.750	2.699	75,99
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	4.674	4.307	8,52
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	122	119	2,52
2. Destinações		(3.701)	(1.796)	106,07
(-)	Benefícios	(1.721)	(1.795)	(4,12)
(-)	Custeio Administrativo	(1.980)	(1)	197,900
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)		5.845	5.329	9,68
(+/-)	Provisões Matemáticas	4.889	10.328	(52,66)
(+/-)	Superavit / (Deficit) Técnico do Exercício	956	(4.999)	(119,12)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)		56.227	50.382	11,60
C) Fundos não previdenciais		2.678	2.191	22,23
(+/-)	Fundos Administrativos	2.620	2.161	21,24
(+/-)	Fundos dos Investimentos	58	30	93,33

Amauri Aguiar de Vasconcelos
Diretor Superintendente
CPF 241.975.483-20

Júlio Cezar Tozzo Mendes Pereira
Diretor Financeiro
CPF 379.765.161-91

Mauricio Aparecido Lopes
Diretor de Seguridade
CPF 078.627.298-89

Tadeu Pigion Horta Fernandes
Contador
CRC 1 SP 241642/O-1
CPF 222.044.038-90

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios**Regulamento Complementar n  2**

DESCRI�O		2019	2018	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício		31.447	28.100	11,91
1. Adi�es		9.121	6.579	38,64
(+)	Contribui�es	6.209	3.843	61,57
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.792	2.629	6,20
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	120	107	12,15
2. Destina�es		(4.997)	(3.232)	54,61
(-)	Benefícios	(2.597)	(3.232)	(19,65)
(-)	Custeio Administrativo	(2.400)	-	100,00
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)		4.124	3.347	23,21
(+/-)	Provisões Matemáticas	2.318	6.495	(64,31)
(+/-)	Superavit / (Deficit) Técnico do Exercício	1.806	(3.149)	(157,35)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)		35.571	31.447	13,11
C) Fundos não previdenciais		3.893	2.973	30,95
(+/-)	Fundos Administrativos	3.860	2.954	30,67
(+/-)	Fundos dos Investimentos	33	19	73,68

Amauri Aguiar de Vasconcelos
Diretor Superintendente
CPF 241.975.483-20

Júlio Cezar Tozzo Mendes Pereira
Diretor Financeiro
CPF 379.765.161-91

Mauricio Aparecido Lopes
Diretor de Seguridade
CPF 078.627.298-89

Tadeu Pignoni Horta Fernandes
Contador
CRC 1 SP 241642/O-1
CPF 222.044.038-90

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

Regulamento Geral

DESCRI�O	2019	2018	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	4.518.218	4.265.393	5,93
1. Adi�es	922.257	788.155	17,01
(+) Contribui�es	243.155	115.397	110,71
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	679.102	672.758	0,94
2. Destina�es	(562.502)	(535.330)	5,08
(-) Benefícios	(524.038)	(500.701)	4,66
(-) Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(40.181)	(27.508)	46,07
(-) Custeio Administrativo	(5.802)	(1)	580.100,00
(-) Resultados a Realizar	7.519	(7.120)	(205,60)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	359.755	252.825	42,29
(+/-) Provisões Matemáticas	192.196	(1.229.395)	(115,63)
(+/-) Superavit / (Deficit) Técnico do Exercício	160.040	1.489.341	(89,25)
(+/-) Resultados a Realizar	7.519	(7.120)	(205,60)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	4.877.973	4.518.218	7,96
C) Fundos não previdenciais	55.438	53.327	3,96
(+/-) Fundos Administrativos	49.256	47.701	3,26
(+/-) Fundos dos Investimentos	6.182	5.626	9,88

Amauri Aguiar de Vasconcelos
Diretor Superintendente
CPF 241.975.483-20

Júlio Cezar Tozzo Mendes Pereira
Diretor Financeiro
CPF 379.765.161-91

Mauricio Aparecido Lopes
Diretor de Seguridade
CPF 078.627.298-89

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
Contador
CRC 1 SP 241642/O-1
CPF 222.044.038-90

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

PrevMais

DESCRIÇÃO		2019	2018	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício		1.859.533	1.660.462	11,99
1. Adi�es		290.549	265.506	9,43
(+)	Contribui�es	135.962	127.814	6,37
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	154.587	137.692	12,27
2. Destina�es		(83.431)	(66.435)	25,58
(-)	Benefícios	(74.138)	(66.092)	12,17
(-)	Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(2.624)	(325)	707,38
(-)	Custeio Administrativo	(6.669)	(18)	36.950,00
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)		207.118	199.071	4,04
(+/-)	Provisões Matemáticas	180.846	275.959	(34,47)
(+/-)	Fundos Previdenciais	2.095	(99.946)	(102,10)
(+/-)	Superavit / (Deficit) Técnico do Exercício	24.177	23.058	4,85
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)		2.066.651	1.859.533	11,14
C) Fundos não previdenciais		26.619	24.793	7,36
(+/-)	Fundos Administrativos	24.751	23.441	5,59
(+/-)	Fundos dos Investimentos	1.868	1.352	38,17

Amauri Aguiar de Vasconcelos
Diretor Superintendente
CPF 241.975.483-20

Júlio Cezar Tozzo Mendes Pereira
Diretor Financeiro
CPF 379.765.161-91

Mauricio Aparecido Lopes
Diretor de Seguridade
CPF 078.627.298-89

Tadeu Pignon Horta Fernandes
Contador
CRC 1 SP 241642/O-1
CPF 222.044.038-90

Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios

Regulamento Complementar nº 1

DESCRIÇÃO	Nota	2019	2018	Variação (%)
1. Ativos		78.985	65.687	20,24
Disponível		351	-	100,00
Recebível		22.404	15.664	43,03
Investimento	8.3 a	56.230	50.023	12,41
Títulos Públicos		25.960	25.026	3,73
Créditos Privados e Depósitos		7.225	6.020	20,02
Fundos de Investimento		15.027	11.726	28,15
Empréstimos e Financiamentos		8.018	7.251	10,58
2. Obrigações		20.080	13.114	53,12
Operacional		1.104	550	100,73
Contingencial		18.976	12.564	51,03
3. Fundos não Previdenciais		2.678	2.191	22,23
Fundos Administrativos		2.620	2.161	21,24
Fundos dos Investimentos		58	30	93,33
4. Resultados a Realizar		-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3)		56.227	50.382	11,60
Provisões Matemáticas		59.399	54.510	8,97
Superavit/(Deficit) Técnico		(3.172)	(4.128)	(23,16)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	14.1 a			
a) Equilíbrio Técnico		(3.172)	(4.128)	(23,16)
b) (+/-) Ajuste de Precificação		2.365	2.498	(5,32)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)		(807)	(1.630)	(50,49)

Amauri Aguiar de Vasconcelos
Diretor Superintendente
CPF 241.975.483-20

Júlio Cezar Tozzo Mendes Pereira
Diretor Financeiro
CPF 379.765.161-91

Mauricio Aparecido Lopes
Diretor de Seguridade
CPF 078.627.298-89

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
Contador
CRC 1 SP 241642/O-1
CPF 222.044.038-90

Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios

Regulamento Complementar nº 2

DESCRIÇÃO	Nota	2019	2018	Variação (%)
1. Ativos		48.564	42.226	15,01
Disponível		190	1	18.900,00
Recebível		12.240	10.474	16,86
Investimento	8.3 b	36.134	31.751	13,80
Títulos Públicos		18.729	18.085	3,56
Créditos Privados e Depósitos		4.085	3.498	16,78
Fundos de Investimento		8.988	6.364	41,23
Empréstimos e Financiamentos		4.332	3.804	13,88
2. Obrigações		9.100	7.806	16,58
Operacional		1.383	485	185,15
Contingencial		7.717	7.321	5,41
3. Fundos não Previdenciais		3.893	2.973	30,95
Fundos Administrativos		3.860	2.954	30,67
Fundos dos Investimentos		33	19	73,68
4. Resultados a Realizar		-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3)		35.571	31.447	13,11
Provisões Matemáticas		34.335	32.017	7,24
Superavit/(Deficit) Técnico		1.236	(570)	(316,84)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	14.1 b			
a) Equilíbrio Técnico		1.236	(570)	(316,84)
b) (+/-) Ajuste de Precificação		-	1.015	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)		1.236	445	177,75

Amauri Aguiar de Vasconcelos
Diretor Superintendente
CPF 241.975.483-20

Júlio Cezar Tozzo Mendes Pereira
Diretor Financeiro
CPF 379.765.161-91

Mauricio Aparecido Lopes
Diretor de Seguridade
CPF 078.627.298-89

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
Contador
CRC 1 SP 241642/O-1
CPF 222.044.038-90

Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios

Regulamento Geral

DESCRIÇÃO	Nota	2019	2018	Variação (%)
1. Ativos		5.189.708	4.783.617	8,49
Disponível		10	6	66,67
Recebível		559.737	508.810	10,01
Investimento	8.3. c	4.629.961	4.274.801	8,31
Títulos Públicos		3.276.079	3.047.311	7,51
Créditos Privados e Depósitos		189.976	173.712	9,36
Ações		116.740	113.432	2,92
Fundos de Investimento		816.326	730.508	11,75
Investimentos Imobiliários		139.460	121.848	14,45
Empréstimos e Financiamentos		81.390	78.405	3,81
Depósitos Judiciais/Recursais		6.497	6.294	3,23
Outros Realizáveis		3.493	3.291	6,14
2. Obrigações		256.297	212.072	20,85
Operacional		9.831	8.623	14,01
Contingencial		246.466	203.449	21,14
3. Fundos não Previdenciais		55.438	53.327	3,96
Fundos Administrativos		49.256	47.701	3,26
Fundos dos Investimentos		6.182	5.626	9,88
4. Resultados a Realizar		312.468	304.949	2,47
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)		4.565.505	4.213.269	8,36
Provisões Matemáticas		4.828.811	4.636.615	4,15
Superavit/(Deficit) Técnico		(263.306)	(423.346)	(37,80)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado 14.1.c				
a) Equilíbrio Técnico		49.162	(118.397)	(141,52)
b) (+/-) Ajuste de Precificação		-	83.656	(100,00)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)		49.162	(34.741)	(241,51)

Amauri Aguiar de Vasconcelos
Diretor Superintendente
CPF 241.975.483-20

Júlio Cezar Tozzo Mendes Pereira
Diretor Financeiro
CPF 379.765.161-91

Mauricio Aparecido Lopes
Diretor de Seguridade
CPF 078.627.298-89

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
Contador
CRC 1 SP 241642/O-1
CPF 222.044.038-90

Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios

PrevMais

DESCRIÇÃO	Nota	2019	2018	Variação (%)
1. Ativos		2.098.289	1.886.110	11,25
Disponível		78	7	1.014,29
Recebível		27.830	23.463	18,61
Investimento	8.3. d	2.070.381	1.862.640	11,15
Títulos Públicos		294.995	284.269	3,77
Créditos Privados e Depósitos		477.170	445.996	6,99
Fundos de Investimento		1.158.421	1.018.361	13,75
Empréstimos e Financiamentos		139.795	114.014	22,61
2. Obrigações		5.019	1.783	181,49
Operacional		2.131	1.337	59,39
Contingencial		2.888	446	547,53
3. Fundos não Previdenciais		26.619	24.793	7,36
Fundos Administrativos		24.751	23.441	5,59
Fundos dos Investimentos		1.868	1.352	38,17
4. Resultados a Realizar		-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)		2.066.651	1.859.534	11,14
Provisões Matemáticas		1.950.540	1.769.694	10,22
Superavit/(Deficit) Técnico		98.779	74.602	32,41
Fundos Previdenciais		17.332	15.237	13,75
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	14.1.d			
a) Equilíbrio Técnico		98.779	74.602	32,41
b) (+/-) Ajuste de Precificação		-	-	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)		98.779	74.602	32,41

Amauri Aguiar de Vasconcelos
Diretor Superintendente
CPF 241.975.483-20

Júlio Cezar Tozzo Mendes Pereira
Diretor Financeiro
CPF 379.765.161-91

Mauricio Aparecido Lopes
Diretor de Seguridade
CPF 078.627.298-89

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
Contador
CRC 1 SP 241642/O-1
CPF 222.044.038-90

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Consolidado

DESCRIÇÃO	2019	2018	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	76.257	93.153	(18,14)
1. Custeio da Gestão Administrativa	53.969	33.695	60,17
1.1. Receitas	53.969	33.695	60,17
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	16.850	20	84.150,00
Custeio Administrativo dos Investimentos	7.371	-	100,00
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	1.525	1.280	19,14
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	3.802	5.396	(29,54)
Reembolso da Gestão Assistencial	23.972	26.507	(9,56)
Outras Receitas	449	492	(8,74)
2. Despesas Administrativas	49.057	50.278	(2,43)
2.1. Administração Previdencial	16.499	17.048	(3,22)
Pessoal e encargos	9.844	11.648	(15,49)
Treinamentos/congressos e seminários	97	57	70,18
Viagens e estadias	65	116	(43,97)
Serviços de terceiros	4.613	3.344	37,95
Despesas gerais	1.063	1.016	4,63
Depreciações e amortizações	672	740	(9,19)
Tributos	144	127	13,39
Outras despesas	1	-	100,00
2.2. Administração dos Investimentos	8.586	6.723	27,71
Pessoal e encargos	6.224	4.605	35,16
Treinamentos/congressos e seminários	48	18	166,67
Viagens e estadias	43	24	79,17
Serviços de terceiros	1.414	1.189	18,92
Despesas gerais	634	647	(2,01)
Tributos	223	240	(7,08)
2.3. Administração Assistencial	23.972	26.507	(9,56)
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	682	313	117,89
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	4.230	(16.896)	(125,04)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	4.230	(16.896)	(125,04)

Mauro Aguiar de Vasconcelos
Diretor Superintendente
CPF 241.975.483-20

Júlio Cezar Tozzo Mendes Pereira
Diretor Financeiro
CPF 379.765.161-91

Mauricio Aparecido Lopes
Diretor de Seguridade
CPF 078.627.298-89

Tadeu Pigioli Horta Fernandes
Contador
CRC 1 SP 241642/O-1
CPF 222.044.038-90

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios

Regulamento Complementar nº 1

DESCRIÇÃO	2019	2018	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	76.365	63.526	20,21
1. Provisões Matemáticas	59.399	54.510	8,97
1.1. Benefícios Concedidos	13.111	12.612	3,96
Benefício Definido	13.111	12.612	3,96
1.2. Benefício a Conceder	60.405	57.375	5,28
Benefício Definido	60.405	57.375	5,28
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(14.117)	(15.477)	(8,79)
(-) Patrocinador(es)	(4.718)	(5.175)	(8,83)
(-) Participantes	(9.359)	(10.259)	(8,77)
(-) Assistidos	(40)	(43)	(6,98)
2. Equilíbrio Técnico	(3.172)	(4.128)	(23,16)
2.1. Resultados Realizados	(3.172)	(4.128)	(23,16)
(-) Deficit técnico acumulado	(3.172)	(4.128)	(23,16)
Deficit técnico	(3.172)	(4.128)	(23,16)
3. Fundos	58	30	100,00
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	58	30	93,33
4. Exigível Operacional	1.104	550	100,73
4.1. Gestão Previdencial	1.085	534	103,18
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	19	16	18,75
5. Exigível Contingencial	18.976	12.564	51,03
5.1. Gestão Previdencial	18.976	12.564	51,03

Amauri Aguiar de Vasconcelos
Diretor Superintendente
CPF 241.975.483-20

Júlio Cezar Tozzo Mendes Pereira
Diretor Financeiro
CPF 379.765.161-91

Mauricio Aparecido Lopes
Diretor de Seguridade
CPF 078.627.298-89

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
Contador
CRC 1 SP 241642/O-1
CPF 222.044.038-90

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios

Regulamento Complementar nº 2

DESCRIÇÃO	2019	2018	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	44.704	39.273	13,83
1. Provisões Matemáticas	34.335	32.017	7,24
1.1. Benefícios Concedidos	1.751	1.828	(4,21)
Benefício Definido	1.751	1.828	(4,21)
1.2. Benefício a Conceder	46.444	46.507	(0,14)
Benefício Definido	46.444	46.507	(0,14)
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(13.860)	(16.318)	(15,06)
(-) Participantes	(13.859)	(16.315)	(15,05)
(-) Assistidos	(1)	(3)	(66,67)
2. Equilíbrio Técnico	1.236	(570)	(316,84)
2.1. Resultados Realizados	1.236	(570)	(316,84)
Superavit técnico acumulado	1.236	-	100,00
Superavit técnico acumulado	1.236	-	100,00
(-) Deficit técnico acumulado	-	(570)	(100,00)
Deficit técnico	-	(570)	(100,00)
3. Fundos	33	19	100,00
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	33	19	73,68
4. Exigível Operacional	1.383	486	184,57
4.1. Gestão Previdencial	1.274	480	165,42
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	109	6	1.716,67
5. Exigível Contingencial	7.717	7.321	5,41
5.1. Gestão Previdencial	7.717	7.321	5,41

Amauri Aguiar de Vasconcelos
Diretor Superintendente
CPF 241.975.483-20

Júlio Cezar Tozzo Mendes Pereira
Diretor Financeiro
CPF 379.765.161-91

Mauricio Aparecido Lopes
Diretor de Seguridade
CPF 078.627.298-89

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
Contador
CRC 1 SP 241642/O-1
CPF 222.044.038-90

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios

Regulamento Geral

DESCRIÇÃO	2019	2018	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	5.140.452	4.735.916	8,54
1. Provisões Matemáticas	4.828.811	4.636.615	4,15
1.1. Benefícios Concedidos	6.408.882	6.255.354	2,45
Benefício Definido	6.408.882	6.255.354	2,45
1.2. Benefício a Conceder	648.444	580.160	11,77
Benefício Definido	648.444	580.160	11,77
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(2.228.515)	(2.198.899)	1,35
(-) Patrocinador(es)	(1.114.257)	(1.099.450)	1,35
(-) Participantes	(102.381)	(94.246)	8,63
(-) Assistidos	(1.011.877)	(1.005.203)	0,66
2. Equilíbrio Técnico	49.162	(118.397)	(141,52)
2.1. Resultados Realizados	(263.306)	(423.346)	(37,80)
(-) Deficit Técnico Acumulado	(263.306)	(423.346)	(37,80)
(-) Deficit Técnico Acumulado	(263.306)	(423.346)	(37,80)
2.2. Resultados a realizar	312.468	304.949	2,47
3. Fundos	6.182	5.626	9,88
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	6.182	5.626	9,88
4. Exigível Operacional	9.831	8.623	14,01
4.1. Gestão Previdencial	8.948	8.491	5,38
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	883	132	568,94
5. Exigível Contingencial	246.466	203.449	21,14
5.1. Gestão Previdencial	239.682	196.881	21,74
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	6.784	6.568	3,29

Amauri Aguiar de Vasconcelos
Diretor Superintendente
CPF 241.975.483-20

Júlio Cezar Tozzo Mendes Pereira
Diretor Financeiro
CPF 379.765.161-91

Mauricio Aparecido Lopes
Diretor de Seguridade
CPF 078.627.298-89

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
Contador
CRC 1 SP 241642/O-1
CPF 222.044.038-90

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios

PrevMais

DESCRIÇÃO	2019	2018	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	2.073.538	1.862.669	11,32
1. Provisões Matemáticas	1.950.540	1.769.694	10,22
1.1. Benefícios Concedidos	533.651	503.754	5,93
Contribuição Definida	242.165	221.366	9,40
Benefício Definido	291.486	282.388	3,22
1.2. Benefício a Conceder	1.416.889	1.265.940	11,92
Contribuição Definida	1.416.889	1.265.940	11,92
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)	661.471	588.512	12,40
Saldo de Contas - parcela participantes	672.828	598.332	12,45
Benefício Definido	82.590	79.096	4,42
2. Equilíbrio Técnico	98.779	74.602	32,41
2.1. Resultados Realizados	98.779	74.602	32,41
Superavit técnico acumulado	98.779	74.602	32,41
Reserva de contingência	98.779	74.602	32,41
3. Fundos	19.200	16.589	15,74
3.1. Fundos Previdenciais	17.332	15.237	13,75
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.868	1.352	38,17
4. Exigível Operacional	2.131	1.338	59,27
4.1. Gestão Previdencial	1.603	1.169	37,13
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	528	169	212,43
5. Exigível Contingencial	2.888	446	547,53
5.1. Gestão Previdencial	2.888	446	547,53

Amauri Aguiar de Vasconcelos
Diretor Superintendente
CPF 241.975.483-20

Júlio Cezar Tozzo Mendes Pereira
Diretor Financeiro
CPF 379.765.161-91

Mauricio Aparecido Lopes
Diretor de Seguridade
CPF 078.627.298-89

Tadeu Pigion Horta Fernandes
Contador
CRC 1 SP 241642/O-1
CPF 222.044.038-90

1. Contexto Operacional

O **Economus - Instituto de Seguridade Social** (“Economus” ou “Entidade”), CNPJ nº 49.320.799/0001-92, com sede na Rua Quirino de Andrade, nº 185, em São Paulo/SP, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, constituída em 01 de setembro de 1977, cuja autorização para funcionamento foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), atualmente Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), por meio da Portaria nº 2.204, DOU de 01 de agosto de 1980.

Em novembro de 2009, o Banco Nossa Caixa S.A. (BNC) foi incorporado pelo Banco do Brasil S.A., que, desde então, passou a ser o novo patrocinador dos planos de previdência complementar e assistência à saúde.

O Economus é patrocinado pelo Banco do Brasil S.A. e pelo próprio Economus, tendo como objetivo, administrar planos de previdência na modalidade de Benefício Definido (BD) e de Contribuição Variável (CV), exclusivamente para os empregados do Banco do Brasil S.A., oriundos do extinto Banco Nossa Caixa S.A., e do Economus.

Também opera planos de assistência à saúde, na modalidade de autogestão, regulados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), registrados sob o nº 34.2611 e destinados a prover assistência médica aos empregados do Banco do Brasil S.A., oriundos do extinto Banco Nossa Caixa S.A., do Economus e aos beneficiários dos planos de assistência à saúde custeado pelo Fundo Economus de Assistência Social (Feas).

Os recursos de que o Economus dispõe são oriundos de contribuições dos seus patrocinadores (Banco do Brasil S.A. e Economus), participantes e assistidos, e dos rendimentos das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto em Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

As entidades fechadas de previdência complementar estão isentas do Imposto de Renda Pessoa Jurídica desde janeiro de 2005, e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, de acordo com a Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, e com a Instrução Normativa da SRF nº 588, de 21 de dezembro de 2005, alteradas pelas Instruções Normativas SRF nº 667 e nº 1.315, de 27 de julho de 2006 e de 03 de janeiro de 2013, respectivamente.

2. Planos Administrados

O Economus administra quatro planos de benefícios inscritos no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios (CNPB) administrados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Desses, três planos se encontram na modalidade de Benefício Definido e um na modalidade de Contribuição Variável. A atividade operacional do Instituto é registrada no Plano de Gestão Administrativa (PGA).

Plano de Benefícios	CNPB	Modalidade	Patrocínio	Novas Adesões
Regulamento Complementar nº 1	19.780.002-19	Benefício Definido	Banco Nossa Caixa S.A., incorporado societariamente pelo Banco do Brasil S.A.	Fechado em 1997
Regulamento Complementar nº 2	19.780.003-83	Benefício Definido	Banco Nossa Caixa S.A., incorporado societariamente pelo Banco do Brasil S.A.	Fechado em 1997
Regulamento Geral	19.780.001-38	Benefício Definido	Banco Nossa Caixa S.A., incorporado societariamente pelo Banco do Brasil S.A. e pelo próprio Economus	Fechado em 2006
PrevMais	20.060.034-29	Contribuição Variável	Banco Nossa Caixa S.A., incorporado societariamente pelo Banco do Brasil S.A. e pelo próprio Economus	Aberto

Plano Regulamento Complementar nº 1

Plano instituído na modalidade de Benefício Definido, fechado para novas adesões desde 1997. Assegura o pagamento do benefício de pecúlio por morte para todos os dependentes dos participantes que forem elegíveis ao recebimento de pensão.

Plano Regulamento Complementar nº 2

Plano instituído na modalidade de Benefício Definido, fechado para novas adesões desde 1997. Assegura o pagamento do benefício de pecúlio por morte para todos os dependentes dos participantes que forem elegíveis ao recebimento de pensão.

Plano Regulamento Geral

Plano instituído na modalidade de Benefício Definido. O plano encontra-se em extinção, fechado para novas adesões desde 2006. Além dos assistidos, ele conta com os participantes ativos que optaram pelo saldamento do benefício e com os participantes ativos que não efetuaram essa opção. Assegura o pagamento da complementação de benefícios de prestação continuada de aposentadorias, pensão por morte, auxílio-reclusão, auxílio-adicional e auxílio-doença. Assegura, também, o pagamento em forma de prestação única, de pecúlio por morte e por invalidez.

Em 10 de novembro de 2004, o Conselho Deliberativo do Economus aprovou o saldamento do Plano de Benefícios, instituído por meio do Regulamento Geral para os empregados do extinto Banco Nossa Caixa S.A., incorporado pelo Banco do Brasil S.A. O processo de saldamento também foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), atualmente Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), em 30 de dezembro de 2005, pelo Ofício nº 2.713.

De forma concomitante ao saldamento, foi aprovado o Regulamento do Plano de Benefícios do PrevMais, em 05 de julho de 2006, na modalidade de Contribuição Variável (CV), pelo Ofício nº 1.987.

Plano PrevMais

Plano instituído na modalidade de Contribuição Variável (CV), no qual o valor dos benefícios programados é definido com base no montante financeiro individual formado pelas contribuições acumuladas e respectivos resultados dos investimentos até a data da concessão. No momento da concessão do benefício de aposentadoria, o participante pode optar por um benefício de renda programada ou vitalícia. Os benefícios de risco (invalidez, pensão por morte, auxílio-doença e auxílio-funeral) são determinados com base no Salário de Benefício (SB) e no Padrão Previdenciário Economus (PPE, unidade de referência utilizada pelo Economus). Esse plano está aberto a novas adesões e assegura o pagamento de benefícios de renda mensal vitalícia ou programada e suplementações de auxílio-doença ou de acidente do trabalho, de aposentadoria por invalidez, de pensão por morte e auxílio-funeral.

Plano de Gestão Administrativa - PGA

Tem a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa do Economus, na forma do seu Regulamento aprovado pelo Conselho Deliberativo, por intermédio da Ata nº 384, de 06 de dezembro de 2011, alterado a partir de abril de 2019 por intermédio da Ata nº 404, de 25 de outubro de 2019.

Quadro de Participantes

Em 31 de dezembro de 2019, o Economus possuía 24.048 participantes (24.223, em 2018), compostos da seguinte forma:

Descrição	Regulamento Complementar nº1		Regulamento Complementar nº2		Regulamento Geral		PrevMais	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Ativos	1.118	1.132	825	868	21	21	7.546	7.764
Aposentados	7	7	-	-	7.846	7.716	2.546	2.396
Pensões	4	5	3	4	572	543	123	112
Participantes em Benefício Proporcional Diferido (BPD)	-	-	-	-	11	13	10	11
Autopatrocinado - Não Saldado	-	-	-	-	-	-	51	56
Autopatrocinado - Saldado	-	-	-	-	2	3	6	6
Optantes pelo Saldamento	-	-	-	-	3.009	3.211	-	-
Participantes em outras situações (a)	-	-	-	-	-	-	348	355
Total de Participantes	1.129	1.144	828	872	11.461	11.507	10.630	10.700

(a) Desligados que não manifestaram opção pelos institutos legais assegurados pelo plano; com contribuição suspensa; desligados do plano; aguardando concessão de benefício; aguardando concessão do Instituto; ou falecidos e sem beneficiário.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis do Economus são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e observam as seguintes normas específicas: Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, e Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e suas alterações posteriores. Desde que aplicável, foram observados pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologados pelos órgãos reguladores.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto e longo prazo. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação dos ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, assistencial e administrativa, e o fluxo dos investimentos, proporcione informações adequadas, confiáveis e relevantes.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões (Previdencial, Administrativa e Assistencial) e o fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações, conforme abaixo:

Gestão Previdencial: congrega todas as atividades previdenciais, tais como recebimento de contribuições, pagamento de benefícios, constituição de provisões matemáticas e de fundos, resgate e portabilidade.

Gestão Administrativa: tem como objetivo controlar as receitas e despesas inerentes às atividades administrativas do Economus. A segregação das despesas administrativas entre as gestões previdencial, assistencial e de investimentos leva em consideração critérios preestabelecidos, aprovados pela Diretoria Executiva.

Gestão Assistencial: tem como objetivo administrar planos de assistência à saúde. Os planos assistenciais à saúde, com registro e em situação ativa na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), devem efetuar e manter sua contabilidade em separado, de forma a possibilitar a identificação, a independência do patrimônio e a adequação à legislação aplicável estabelecida pela ANS.

Em atendimento à legislação vigente, o Economus está apresentando as informações financeiras dos planos assistenciais à saúde em separado, mas como parte das demonstrações contábeis, demonstrado nas Informações Suplementares da Gestão Assistencial (Nota Explicativa 10).

Investimentos: tem como objetivo registrar o patrimônio dos planos de benefícios previdenciais. O patrimônio é aplicado visando obter rentabilidades compatíveis com as metas atuariais e gerenciais dos planos. Registra os resultados dos investimentos por emissor os quais são apropriados e segregados por planos.

De acordo com as normas específicas, são apresentados os seguintes demonstrativos contábeis:

- Balanço Patrimonial Consolidado;
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidado (DMPS);
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidado (DPGA);
- Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DMAL);
- Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DAL); e
- Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios por Plano de Benefício (DPT).

Os quadros, as informações e os demonstrativos das notas explicativas foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econ mico primário no qual o Economus atua. As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em milhares de Reais.

As contas passíveis desses ajustes e eliminações dentre outras, são "Superavit Técnico", "Deficit Técnico", "Migrações entre Planos", "Compensações de Fluxos Previdenciais", "Participação no Plano de Gestão Administrativa" e "Participação no Fundo Administrativo PGA" (Nota Explicativa 4.14).

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo, em 14 de maio de 2020.

4. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pelo Economus na elaboração das Demonstrações Contábeis, bem como a legislação pertinente estão resumidas a seguir:

4.1. Premissas e Estimativas Contábeis

A Administração se utiliza de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. As principais mensurações patrimoniais que utilizam premissas e estimativas por parte da Administração são: provisões para perdas em investimentos, o exigível contingencial (demandas previdenciais, trabalhistas, fiscais e cíveis), determinação de vida útil de determinados ativos, passivos atuariais e outras provisões. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de determinação. A Administração revisa periodicamente essas estimativas e suas premissas.

4.2. Apuração do Resultado

Representa as adições e deduções da gestão previdencial, receitas e despesas da gestão

administrativa e as rendas ou variações positivas e deduções ou variações negativas dos investimentos registradas pelo regime de competência, exceto o recebimento das contribuições dos patrocinadores, participantes e autopatrocinados vinculados ao plano estruturado na modalidade de contribuição variável (Plano PrevMais), que são registrados pelo regime de caixa.

4.3. Realizável da Gestão Previdencial

Representa os recursos a receber de cada plano de benefícios, relativos às contribuições normais e contribuições extraordinárias dos patrocinadores, participantes, assistidos e autopatrocinados. Considera-se o plano de custeio, bem como o valor de resultados a realizar de títulos e valores mobiliários, pelo diferencial da taxa de juros dos títulos mantidos até o vencimento e a taxa de juros de desconto das obrigações atuariais.

4.4. Realizável da Gestão Administrativa

Registra as contribuições para o custeio administrativo a receber dos patrocinadores, participantes, autopatrocinados e assistidos e os valores a receber dos planos referentes ao custeio dos investimentos; os adiantamentos efetuados na folha de salários dos funcionários do Economus; os adiantamentos de serviços de terceiros; os gastos antecipados referentes às despesas de períodos subsequentes e os depósitos judiciais e recursais desembolsados por força de decisão judicial. Os recursos a receber da gestão administrativa são contabilizados pelo valor original e atualizados até a data do balanço, quando aplicável.

4.5. Realizável de Investimentos

Os limites operacionais de aplicações dos recursos garantidores das provisões matemáticas, fundos e provisões passivas são determinados pela Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018 e a Resolução CMN nº 4.695, de 27 de novembro de 2018.

4.5.1. Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos.

São lastreadas em títulos públicos e privados emitidos por instituições financeiras ou por empresas, as quais são registradas inicialmente pelo custo, inclusive corretagem e emolumentos, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro-rata até o encerramento do balanço e deduzido, quando aplicável, das provisões para perdas. Possuem remuneração paga em intervalos de tempo e em condições predefinidas. Os títulos adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer até a data de vencimento, são classificados na categoria "Títulos para negociação" e estão ajustados pelo valor de mercado.

Os títulos para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento, são classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento" e estão avaliados pelo respectivo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

4.5.2. Ações

As aplicações em ações são registradas pelo custo de aquisição no mercado à vista, acrescidas de despesas de corretagem e outras taxas, sendo precificadas a valor de mercado, isto é, pela cotação de fechamento do último dia divulgada pela Bolsa de Valores B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão).

4.5.3. Fundos de investimento

São contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e incluem, se for o caso, taxas e emolumentos. Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento do balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas.

4.5.4. Investimentos Imobiliários

São registrados ao custo de aquisição ou construção, ajustados por meio de reavaliações anuais a valor de mercado.

Os resultados dos ajustes positivos ou negativos são contabilizados nas contas específicas em contrapartida com a conta “investimento imobiliário” do resultado. A prática de reavaliação tem por finalidade atualizar periodicamente o valor contábil dos imóveis a valor justo (Nota Explicativa 8.1.).

4.5.5. Empréstimos

São operações com participantes, e seus saldos incluem principal, juros e atualização monetária até a data de encerramento das Demonstrações Contábeis. O registro é feito pelo custo amortizado e as operações estão sujeitas à provisão para créditos de liquidação duvidosa.

4.6. Outros Realizáveis

Composto pelos seguintes investimentos:

- Depósito judicial feito para garantir ao Economus o direito a bônus de subscrição da Ambev; e
- Investimento em controlada, avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

4.7. Provisão para Perdas e Créditos de Liquidação Duvidosa

As provisões para Perdas e para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) são registradas para os investimentos mensurados ao custo amortizado e contabilizadas em conta de resultado, em contrapartida à conta redutora do respectivo segmento do ativo. Dessa forma, os investimentos foram apresentados pelo seu valor líquido.

Foram constituídas provisões para perdas em investimentos decorrentes de redução ao valor recuperável, considerados os riscos e incertezas e, para os direitos creditórios de liquidação duvidosa, segundo critérios definidos no item 11, do Anexo A, da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e alterações posteriores:

Atraso (em dias)		Faixa de Provisionamento (*)
De	Até	
61	120	25%
121	240	50%
241	360	75%
	>360	100%

(*) Incidem sobre os créditos vencidos e vincendos

4.8. Permanente - Imobilizado e Intangível

Demonstrado pelo valor de custo de aquisição, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, com as taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil e espécie de bens, sendo os valores residuais e a vida útil econômica estabelecida em conformidade com a NBC TG 27, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Imobilizado: a depreciação é feita pelo método linear, com taxa anual de 10% para móveis e

utensílios; 20% para máquinas e equipamentos, veículos e hardware, exceto celulares e Ipad, que são depreciados em 18 meses.

Intangível: é composto por softwares, amortizado pelo método linear com taxa anual de 20%.

4.9. Gestão Assistencial

As diretrizes contábeis referentes à Gestão Assistencial estão descritas nas Informações Suplementares da Gestão Assistencial, conforme descrito na (Nota Explicativa 10).

4.10. Exigível Operacional

Registra as obrigações conhecidas e calculáveis de cada gestão (previdencial, administrativa e investimentos) pelo custo, mais as atualizações monetárias, quando aplicável. São decorrentes dos benefícios aos participantes, salários dos funcionários do Economus, prestação de serviços de terceiros, obrigações fiscais, investimentos, operações com participantes e recebimentos de receitas antecipadas.

4.11. Provisões, Passivos e Ativos Contingentes

O reconhecimento, mensuração e divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC nº 25, de 16 de setembro de 2009, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

4.11.1. Provisões e Passivos Contingentes

O Economus é parte em diversos processos judiciais e/ou administrativos (Nota Explicativa 12). São passivos de prazo ou valor incerto, que estão provisionados em conformidade com a definição do CPC 25, homologada pelo CFC e ratificada pelo CNPC.

O critério de provisão é baseado na opinião dos advogados sobre as possibilidades de perda do processo, considerando além da natureza das ações, a existência de posicionamento dos Tribunais (jurisprudência) em processos semelhantes.

As provisões são constituídas para todos os processos em que a Entidade é ré e representam perda provável.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas Notas Explicativas. Os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão nem divulgação.

Em relação às reclamações trabalhistas envolvendo participantes vinculados ao Regulamento Complementar nº 1 e Regulamento Complementar nº 2, a provisão do Economus limita-se aos respectivos depósitos judiciais.

As provisões são revisadas semestralmente e são suficientes para atender as eventuais perdas decorrentes desses processos.

4.11.2. Depósitos Judiciais e Recursais

Os depósitos judiciais efetuados pelo Economus têm por finalidade garantir o juízo para continuidade da discussão das teses defendidas pelo Instituto ou quitar as condenações determinadas judicialmente. Já os depósitos recursais são efetuados somente no âmbito da Justiça do Trabalho e são necessários para fins de admissibilidade de recursos, nas hipóteses em que o

Instituto recorre às instâncias superiores.

Os depósitos judiciais e recursais são registrados na Gestão Previdencial, Gestão Administrativa, bem como nos Investimentos.

Os depósitos judiciais e recursais são atualizados mensalmente, sendo que os processos que tramitam nas instâncias cível e trabalhista seguem os critérios de atualização de cada Tribunal e os depósitos tributários efetuados perante a Justiça Federal são corrigidos pela taxa Selic.

4.11.3. Ativos Contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, porém, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da possibilidade de recebimento ou compensação, são reconhecidos como ativo.

4.12. Patrimônio Social

Composto pelos recursos acumulados para fazer frente às obrigações de cada plano. O patrimônio social compreende o patrimônio de cobertura dos planos e os fundos, segregados em previdenciais, administrativos e de investimentos.

4.12.1. Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas dos planos de benefícios correspondem ao valor presente dos compromissos futuros líquidos do plano, chamadas de reservas matemáticas no parecer atuarial, correspondem ao valor apurado atuarialmente pelos atuários externos, para o pagamento dos benefícios previstos no Regulamento:

i. Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos

Destinam-se à cobertura dos compromissos do Instituto com os benefícios de prestação continuada, concedidos a seus assistidos e beneficiários em gozo de tais benefícios.

ii. Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder

Contribuição definida: registra a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos participantes que não estejam em gozo de benefício de prestação continuada, referente às parcelas de contribuição dos participantes e patrocinadoras, deduzida a taxa de carregamento e a contribuição para cobertura de benefícios de risco (morte e invalidez), acrescidas da rentabilidade líquida do plano.

Benefício definido: registra a diferença entre o valor atual dos compromissos futuros e o valor atual das contribuições que as patrocinadoras e os participantes irão recolher à Entidade.

iii. (-) Provisões Matemáticas a Constituir

Representam o valor atual das contribuições extraordinárias futuras, referentes aos equacionamentos de deficit observados nos exercícios de 2005, 2015 e 2017, de acordo com o Plano Anual de Custeio, que estão sendo amortizados por participantes, assistidos e patrocinadores.

4.12.2. Equilíbrio técnico

É determinado em função dos resultados realizados e a realizar.

Resultados realizados

São os resultados acumulados oriundos dos planos de benefícios, compostos por Superavit Técnico e pela conta redutora, Deficit Técnico.

Superavit/Deficit técnico acumulado

Representa o excedente ou a insuficiência patrimonial de recursos para a cobertura das provisões matemáticas (recursos necessários para arcar com o pagamento de benefício aos participantes). O Superavit Técnico Acumulado é registrado em Reserva de Contingência até o limite definido em lei. O que ultrapassa este limite é registrado em Reserva Especial para Revisão de Plano a cada exercício, conforme determina a legislação vigente. O Deficit Técnico Acumulado registra a insuficiência patrimonial em relação aos compromissos totais do plano de benefícios (Nota Explicativa 14).

O cálculo do Superavit/Deficit Técnico Acumulado e o respectivo registro em Reserva de Contingência são contabilizados de acordo com a norma do CNPC e da Previc.

Resultados a realizar

O resultado a realizar consiste na diferença do cálculo do Valor Presente contra o Valor Investido. No cálculo parte do Valor Nominal Atualizado (VNA) do título, que considera o IGP-M corrigido desde a emissão. Com base no VNA projetam-se os juros semestrais a serem pagos, conforme a característica do papel, os quais são trazidos a Valor Presente pela taxa atuarial do Plano de 5,50% a.a. (5,85% a.a., em 2018). O Valor Futuro é obtido pela remuneração do título até o seu vencimento, o qual também é trazido a Valor Presente pela taxa atuarial do Plano (Nota Explicativa 14.2).

4.12.3. Fundos

São valores constituídos com finalidades específicas de acordo com sua origem, podendo ser:

Fundo Previdencial: Para o PrevMais (CV), o fundo previdencial é composto pelos fundos de reversão, constituído por parcelas patronais não resgatáveis de participantes por ocasião da perda do vínculo empregatício.

Fundo Administrativo: É constituído pelas receitas administrativas líquidas das despesas, adicionado ao rendimento auferido dos investimentos e das contingências contabilizados no grupo de contas da Gestão Administrativa.

Fundo de Investimentos: É constituído por meio da aplicação de percentual, denominado taxa de contingência, incidente sobre as parcelas pagas dos empréstimos quitados pelos participantes. Esse montante será utilizado para cobertura do saldo devedor dos mutuários inadimplentes, assim como para o pagamento dos custos decorrentes das medidas judiciais cabíveis.

4.13. Custeio Administrativo

Os recursos da gestão administrativa são provenientes do custeio administrativo, definido no plano anual de custeio dos planos de previdência, e do custeio administrativo dos investimentos. Esses recursos são registrados de forma segregada por plano e destinados, exclusivamente, ao

pagamento das despesas administrativas das gestões previdencial e de investimentos, sendo as despesas administrativas relacionadas à gestão assistencial reembolsadas integralmente pelas receitas administrativas dos planos assistenciais.

As sobras, bem como eventuais resultados negativos originados no fluxo de recursos administrativos, são incorporados ao Fundo Administrativo.

Em 2018, as contribuições para o custeio administrativo previdencial e para o custeio administrativo de investimentos estavam suspensas.

A partir de abril de 2019, o custeio administrativo teve as seguintes fontes:

- **Plano Regulamento Complementar nº 1**: correspondente à contribuição de 0,60% dos salários reais de participação dos participantes ativos e das complementações dos assistidos. O mesmo percentual é cobrado do patrocinador, aplicável sobre a folha de salário real de participação.
- **Plano Regulamento Complementar nº 2**: correspondente à contribuição de 0,90% dos salários reais de participação de participantes ativos e das complementações dos assistidos. O mesmo percentual é cobrado do patrocinador, aplicável sobre a folha de salário real de participação.
- **Plano Regulamento Geral**: correspondente à contribuição de 0,65% dos salários reais de participação (Ativos não optantes pelo Saldamento), Benefício Proporcional Diferido (BPD), benefício proporcional saldado (optantes pelo Saldamento) e das complementações dos assistidos. O mesmo percentual é cobrado dos patrocinadores. Para os participantes autopatrocinados, a contribuição corresponde a 1,30% do salário real de participação ou benefício saldado;
- **Plano PrevMais**: correspondente à cobrança de contribuição de 0,45% sobre o salário de benefício dos participantes, assistidos e Benefício Proporcional Diferido. A contribuição dos patrocinadores é paritária à dos participantes e assistidos.
- **Custeio Administrativo de Investimentos**: correspondente à cobrança de 0,15%, em 2019 sobre os recursos garantidores de cada plano de benefícios administrado.

4.14. Consolidação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram preparadas de acordo com os princípios de consolidação, emanados da legislação societária brasileira e em atendimento a Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, e Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e suas alterações posteriores, e a NBC TE 11 – Entidades Fechadas de Previdência Complementar, e abrangem as Demonstrações Contábeis do Economus, relativas aos planos de benefícios, bem como o Plano de Gestão Administrativa - PGA, da Entidade.

A consolidação é efetuada utilizando o balancete auxiliar, anulando os valores do fundo administrativo nos planos previdenciais, superavit e deficit técnico.

O Economus, ao efetuar a consolidação das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2019, anulou as seguintes operações que apresentavam reflexos em duplicidade:

Descrição	2019	2018
ATIVO	80.487	76.257
Realizável	80.487	76.257
Gestão Administrativa	80.487	76.257
Participação no Plano de Gestão Administrativa	80.487	76.257
PASSIVO	(80.487)	(76.257)
Patrimônio Social	-	-
Superavit Técnico Acumulado	100.014	74.602
Reserva de Contingência	100.014	74.602
(-) Deficit Técnico Acumulado	(100.014)	(74.602)
(-) Deficit Técnico	(100.014)	(74.602)
Fundos	(80.487)	(76.257)
Fundos Administrativos	(80.487)	(76.257)
Participação no Fundo Administrativo do PGA	(80.487)	(76.257)

5. Controles Internos e Gerenciamento de Riscos

Com foco na concretização de seus objetivos estratégicos e na promoção de eficiência operacional em seus processos, o Economus procurou atuar no ano de 2019 no sentido de recriar um novo modelo proprietário de risco, mais atual, mais aderente ao que o mercado pratica. Para chegar neste formato foi necessário revisitar todos os riscos aos quais o Instituto estava exposto para implementação de controles internos e mitigá-los em linha com esse novo modelo, documento lançado no final de dezembro, que ratificou a declaração institucional do Economus para uma gestão de risco eficaz, demonstrando a preocupação cada vez maior da Entidade em ampliar sua capacidade de organização e lidar com incertezas, estimulando a transparência e contribuindo para o uso eficiente de recursos, bem como o fortalecimento da imagem da instituição.

O Modelo de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos do Economus é o conjunto de instrumentos institucionais que, com o propósito de assegurar o alcance destes objetivos estratégicos da organização, subsidia a tomada de decisão, contribui para o aprimoramento dos processos e mitiga a ocorrência de possíveis desvios.

Em linha com este modelo próprio, os requerimentos legais aplicáveis, e as boas práticas para sua gestão, elencamos abaixo os principais riscos monitorados pelo Economus inerentes ao seu segmento que buscam zelar pela imagem da nossa Entidade, perante seus participantes, o mercado e aos órgãos por quem somos regulados.

a) Risco Atuarial

A gestão do risco atuarial exige conhecimento prévio dos fatores que podem resultar em volatilidade nos resultados de determinado plano de benefícios. Diante dessa perspectiva, o processo de gerenciamento é imprescindível. Em linha com os princípios da Supervisão Baseada em Risco – SBR, o Economus empregou um conjunto de ações e processos que, com vias de monitorar e avaliar quantitativamente e qualitativamente os potenciais riscos atuariais, busca alternativas estratégicas para eliminar ou minimizar seus impactos.

O processo de Gestão do Risco Atuarial do Economus em 2019, procurou, por meio do mapeamento e a identificação dos riscos inerentes ao passivo atuarial, substanciado na realidade subjetiva de cada plano de benefícios, dado pelas hipóteses atuariais (biométricas, demográficas, econômico e financeiras), regimes financeiros e métodos de financiamento, base cadastral, exigível contingencial, bem como pela precificação de ativo e passivo.

b) Risco de Crédito

Caracteriza-se pela possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência nos instrumentos e contratos financeiros, da excessiva concentração em operações com determinadas contrapartes ou segmentos de mercado ou, ainda, da degradação na qualidade das garantias recebidas em contratos, como, por exemplo, aquelas decorrentes da qualidade do crédito, atribuída à contraparte em casos de rebaixamento de rating de um emissor de títulos ou *default*.

A gestão do risco de crédito suportou-se em comitês que atuaram, primordialmente, avaliando as condições de mercado e apresentando propostas de apetite ao risco à Governança do Instituto, bem como revendo políticas e práticas de controle.

Ao longo de 2019 os planos não adquiriram, até mesmo por política, nenhum título ou entramos em qualquer operação classificadas com alto risco de crédito, os comitês de investimento que ocorrem semanalmente, acompanham o desempenho de nossos papéis e seus respectivos ratings classificados pelas principais agências de classificação de risco do mundo.

c) Risco Estratégico

Risco ou grupo de riscos que, em decorrência de sua relevância e potencial impacto na operação dos negócios da Entidade, deve ser priorizado na gestão de riscos praticada. A gestão de tais riscos acontece a partir de decisões estratégicas, no sentido de direcionar a Instituição para o alcance de seus objetivos.

O Instituto passou a observar este risco no ano de 2019, a partir de seu novo modelo proprietário de risco, buscando com isso, além do monitoramento a preposição de planos, alinhar os esforços em direção aos seus objetivos estratégicos de maneira equilibrada e demonstrando seu compromisso em se manter atualizado nas práticas mais modernas de riscos adotadas pelo nosso segmento.

d) Risco Legal ou de Enquadramento

O conceito de risco legal ou de enquadramento caracteriza-se pelo não cumprimento das leis vigentes e aplicáveis à Entidade. O risco legal ou de enquadramento está vinculado à mensuração e quantificação da aderência das carteiras de investimentos e das ações do Instituto com sociedade e fornecedores aos dispositivos legais, o que pode gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos.

O principal objetivo de Gestão de Risco Legal é aferir que a Entidade está cumprindo adequadamente as normas e regras que incidem direta ou indiretamente sobre as suas atividades.

No Economus controlou-se a conformidade legal e enquadramento, diariamente, por meio do acompanhamento da performance de nossos investimentos que estão em constante monitoramento de eventuais desenquadramentos dos investimentos, em relação aos limites estabelecidos pelas políticas para o nosso segmento.

e) Risco de Liquidez

Caracteriza-se pela possibilidade de perda decorrente da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento dos compromissos assumidos nas datas previstas, decorrente de variações nos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, o que pode ocasionar descasamento entre pagamentos e recebimentos, afetando a capacidade de cumprir com suas obrigações financeiras.

Utilizamos métricas para avaliação do Risco de Liquidez combinados com o acompanhamento do Risco Atuarial, por meio da gestão dos ativos e passivos que determinam a liquidez mínima necessária para cada um dos planos de benefícios. Esse percentual mínimo é respeitado com aplicações em ativos com alto nível de liquidez.

Apesar de seu caráter apenas gerencial, foi apresentado, mensalmente, junto ao comitê de investimento, o percentual de liquidez das carteiras dos planos, essa informação tem como característica gerar insumos para futuras decisões de investimento e/ou ajustes nas posições atuais.

f) Risco de Mercado

Pode se materializar quando houver perdas decorrentes de flutuações nos preços dos fatores de mercado que afetam os valores dos ativos financeiros, tais como: perdas no valor da carteira em função de mudanças nos preços, nas taxas de juros, nas taxas de câmbio, nos índices, nos derivativos e/ou commodities.

Para o gerenciamento do risco de mercado, foram calculadas diversas métricas para todos os fundos, como *VaR*, *duration* e *tracking error*. Essa gestão também inclui testes de estresse, que possibilitam avaliar as carteiras sob condições extremas de mercado, tais como crises e choques econômicos, utilizando-se cenários retrospectivos e/ou prospectivos. Ainda, a gestão do risco de mercado agregou testes de aderência do modelo de *VaR* (*backtesting*), com o intuito de aferir a eficácia e a efetividade da metodologia frente aos resultados observados.

Em 2019 todos os limites de risco de mercado foram respeitados para todos os segmentos.

g) Risco Operacional

O risco operacional caracteriza-se pela possibilidade de perdas decorrentes da inadequação na especificação ou na condução de processos, sistemas ou projetos da Entidade, bem como de eventos externos que causem prejuízos nas suas atividades normais ou danos a seus ativos físicos.

A Entidade atuou para fortalecer seus processos internos e implementou boas práticas de governança em suas rotinas.

Para salvaguardar seus participantes, assistidos, beneficiários e empregados, o Instituto geriu o risco operacional, evitando-o, mitigando-o ou transferindo-o. O Economus se esforçou também para manter este risco em níveis aceitáveis, em linha com as diretrizes de sua governança. Para isso, dispõe de uma estrutura robusta de gerenciamento de riscos e controles, incluindo programas de conscientização e cultura de risco operacional, identificação de riscos e antecipação, técnicas de mitigação de riscos e monitoramento.

h) Risco Sistêmico

Caso o sistema financeiro seja contaminado por eventos externos pontuais, como a falência de um banco ou de uma empresa, pode-se incorrer na materialização de riscos sistêmicos. Apesar da dificuldade de gerenciamento deste risco, ele não deve ser relevado. É importante que ele seja considerado em cenários para análise e desenvolvimento de mecanismos de antecipação de ações aos eventos de risco, ainda que na prática ele não venha a ocorrer, como foi no caso do ano de 2019.

A diversificação dos investimentos, em linha com o registrado na Política vigente, é fator determinante para a mitigação do risco sistêmico.

i) Risco de Terceirização

Caracteriza-se pela perda decorrente dos terceiros/fornecedores não honrarem, total ou parcialmente, seus compromissos contratuais e obrigações acordadas, bem como decorrente de situações em que os serviços prestados ou os produtos adquiridos não atinjam os requisitos de qualidade esperados, ou não sejam entregues nas datas previstas.

O Economus dispõe de um processo de compras, que inclui avaliação do preço cobrado pela empresa de terceirização de mão de obra, do cumprimento de obrigações trabalhistas/previdenciárias, assim como, da situação financeira da empresa terceirizada e se ela possui estrutura adequada à realização dos serviços.

Em 2019, o Instituto realizou ainda o acompanhamento dos custos diretos, indiretos e qualidade dos serviços terceirizados, prestados em relação à decisão, controle, acompanhamento e assessoramento dos processos relacionados à gestão de investimentos, de forma a garantir nível adequado de prestação de serviços e custos aos planos administrados.

6. Realizável da Gestão Previdencial

A composição do ativo realizável da gestão previdencial está demonstrada como segue:

Descrição	Regulamento Complementar nº 1		Regulamento Complementar nº 2		Regulamento Geral		PrevMais		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Contribuições Normais ^(a)	30	155	28	19	22.298	10.352	133	3	22.489	10.529
Patrocinadores	3	141	-	-	21.705	9.901	130	-	21.838	10.042
Participantes	27	14	28	19	587	448	3	3	645	484
Autopatrocinados	-	-	-	-	6	3	-	-	6	3
Adiantamentos	-	-	486	121	3.060	2.430	45	16	3.591	2.567
Resultado a Realizar ^(b)	-	-	-	-	312.468	304.949	-	-	312.468	304.949
Depósitos Judiciais ^(c)	18.977	12.565	7.722	7.326	172.641	143.217	2.888	-	202.228	163.108
Demais Realizáveis ^(d)	777	783	144	54	15	162	13	2	949	1.001
Total	19.784	13.503	8.380	7.520	510.482	461.110	3.079	21	541.725	482.154

(a) Trata-se de contribuições normais dos participantes ativos, cujos valores são descontados em folha de pagamento e repassados pelos patrocinadores até o quinto dia útil do mês seguinte. Nesse grupo contábil, também são registradas as contribuições dos participantes assistidos e autopatrocinados do Plano de Benefício Definido.

(b) O Resultado a Realizar está descrito na (Nota Explicativa 14.2).

(c) Trata-se de valores desembolsados por ordem judicial, para pagamento de condenação e/ou para recorrer de decisões.

(d) Compostos, principalmente, pelos valores em processo de conciliação junto ao patrocinador (Banco do Brasil S.A.), referentes aos depósitos judiciais e recursais efetuados pelos planos de benefícios Regulamento Complementar nº 1 e nº 2, no montante de R\$ 921 (R\$ 837, em 2018).

7. Realizável da Gestão Administrativa

A composição do ativo realizável da gestão administrativa está demonstrada como segue:

Descrição	2019	2018
Contas a Receber	8.121	4.472
Contribuições para o Custeio Administrativo	2.870	368
Realizável da Folha dos Empregados	660	468
Responsabilidade de Terceiros	4	-
Outros Recursos a Receber	4.587	3.636
Transferência entre Administrativos ^(a)	2.121	2.277
Taxa Administrativa Folha Aposentados	1.229	1.229
Valores a Receber - Custeio de Investimentos dos planos ^(b)	1.046	-
Outros Recursos a Receber ^(c)	191	130
Despesas Antecipadas	13	9
Gestão Administrativa Depósitos Judiciais/Recursais ^(d)	15.294	15.086
Outros Realizáveis ^(e)	6.864	-
Total da Gestão Administrativa	30.292	19.567

(a) Repasse das despesas administrativas estruturais da Gestão Assistencial para o Plano de Gestão Administrativa (PGA) de dezembro de 2019.

(b) Compostos pelos valores a receber do custeio dos investimentos dos Planos Regulamento Complementar nº 1, Regulamento Complementar nº 2, Regulamento Geral e PrevMais de dezembro de 2019.

(c) Valores a receber do repasse da Taxa de Administração de Empréstimo de dezembro de 2019.

(d) Trata-se de valores desembolsados por ordem judicial, para pagamento de condenação e/ou para recorrer de decisões.

(e) Compostos pelos valores em processo de conciliação junto ao patrocinador (Banco do Brasil S.A.), referentes aos depósitos judiciais e recursais efetuados pelos planos de benefícios Regulamento Complementar nº 1 e nº 2, no montante de R\$ 6.864.

8. Realizável de Investimentos

O Economus realiza investimentos por meio de gestão direta (carteira própria) e gestão indireta (fundos de investimento).

8.1. Composição da carteira de investimentos consolidada

A carteira de investimentos, em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, está composta conforme discriminado a seguir:

Descrição	Regulamento Complementar n° 1		Regulamento Complementar n° 2		Regulamento Geral		PrevMais		PGA		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Títulos Públicos Federais	25.960	25.026	18.729	18.085	3.276.079	3.047.311	294.995	284.269	7.071	-	3.622.834	3.374.691
Notas do Tesouro Nacional	25.960	25.026	18.729	18.085	3.276.079	3.047.311	294.995	284.269	7.071	-	3.622.834	3.374.691
Créditos Privados e Depósitos	7.225	6.020	4.085	3.498	189.976	173.712	477.170	445.996	9.938	9.305	688.394	638.531
Instituições Financeiras	7.225	6.020	4.085	3.498	186.842	169.770	319.028	297.949	7.864	7.362	525.044	484.599
Certificado de Depósito Bancário	-	-	-	-	-	-	-	5.239	-	-	-	5.239
Letras Financeiras Privadas	7.225	6.020	4.085	3.498	186.842	169.770	319.028	292.710	7.864	7.362	525.044	479.360
Companhias Abertas	-	-	-	-	472	1.509	28.626	26.791	-	-	29.098	28.300
Debêntures	-	-	-	-	472	1.509	28.626	26.791	-	-	29.098	28.300
Patrocinador (Banco do Brasil)	-	-	-	-	2.662	2.433	129.516	121.256	2.074	1.943	134.252	125.632
Letras Financeiras	-	-	-	-	2.662	2.433	129.516	121.256	2.074	1.943	134.252	125.632
Ações	-	-	-	-	116.740	113.432	-	-	-	-	116.740	113.432
Companhias Abertas	-	-	-	-	116.740	113.432	-	-	-	-	116.740	113.432
Fundos de Investimentos	15.027	11.726	8.988	6.364	816.326	730.508	1.158.421	1.018.361	57.324	69.136	2.056.086	1.836.095
Renda Fixa	15.027	11.726	8.988	6.364	130.771	89.361	1.008.537	910.256	57.324	69.136	1.220.647	1.086.843
Ações	-	-	-	-	486.357	338.361	124.979	83.858	-	-	611.336	422.219
Direitos Creditórios	-	-	-	-	-	-	20.405	20.461	-	-	20.405	20.461
Participações (i)	-	-	-	-	143.420	248.927	4.500	3.786	-	-	147.920	252.713
Imobiliário	-	-	-	-	55.778	53.859	-	-	-	-	55.778	53.859
Investimentos Imobiliários (ii)	-	-	-	-	139.460	121.848	-	-	-	-	139.460	121.848
Imóveis	-	-	-	-	138.785	121.133	-	-	-	-	138.785	121.133
Aluguéis e Renda	-	-	-	-	675	715	-	-	-	-	675	715
Empréstimos e Financiamentos (iii)	8.018	7.251	4.332	3.804	81.390	78.405	139.795	114.014	-	-	233.535	203.474
Depósitos Judiciais/Recursais	-	-	-	-	6.497	6.294	-	-	-	-	6.497	6.294
Outros Realizáveis (iv)	-	-	-	-	3.493	3.291	-	-	10	257	3.503	3.548
Total dos Investimentos	56.230	50.023	36.134	31.751	4.629.961	4.274.801	2.070.381	1.862.640	74.343	78.698	6.867.049	6.297.913

A administração dos investimentos da carteira própria é efetuada pelo Economus, utilizando o Banco do Brasil S.A. como prestador de serviços de custódia qualificada e controladoria, centralizando a totalidade dos títulos e valores mobiliários sob a sua guarda, devidamente habilitado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Parâmetros de avaliação pelo valor de mercado

Considerando as disposições da Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, os investimentos classificados na categoria Títulos para negociação podem ser negociados, independentemente do prazo de vencimento do título, e são avaliados diariamente a valor de mercado, conforme divulgação de preços pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) ou provedor de preços contratado pelo Economus (Pop BR), e seus efeitos são reconhecidos no resultado do exercício (Demonstração da Mutação do Patrimônio Social).

Os Fundos de Investimentos são avaliados com base no valor da cota, conforme balanço do patrimônio dos respectivos fundos, divulgados diariamente pelos respectivos administradores.

Custódia dos Investimentos

Os títulos públicos são custodiados na Selic, as ações e os títulos privados são custodiadas na B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão), enquanto os títulos e valores mobiliários contidos nos fundos de investimento estão custodiados nas seguintes instituições:

- Banco Bradesco S.A.;
- Banco BNP Paribas Brasil S.A.;
- Banco do Brasil S.A.;
- BRB DTVM S.A.;
- Santander Securities Services Brasil DTVMS.A.; e
- Itaú Unibanco S.A.

Reclassificação dos “Títulos para Negociação”

Em 2019, houve reclassificação entre as categorias “Títulos mantidos até o Vencimento” para “Títulos para Negociação” no Regulamento Complementar nº 1, Regulamento Geral e Plano PrevMais.

Demonstramos abaixo, os títulos que foram classificados para negociação:

Regulamento Complementar nº 1								
Descrição	Indexador	Emissor	Vencimento	Taxa Curva	Taxa Mercado	Marcação Curva	Marcação Mercado	Diferença
Letras Financeiras	IPCA	Banco Safra	25/04/2023	7,51%	3,42%	2.089	2.374	285
Total						2.089	2.374	285
Regulamento Geral								
Descrição	Indexador	Emissor	Vencimento	Taxa Curva	Taxa Mercado	Marcação Curva	Marcação Mercado	Diferença
Letras Financeiras	IPCA	Banco Safra	25/04/2023	7,51%	3,42%	955	1.085	130
Letras Financeiras	IPCA	Bradesco	24/04/2023	6,54%	2,58%	72	82	10
Letras Financeiras	IPCA	Banco do Brasil	01/06/2020	4,89%	0,77%	371	375	4
Letras Financeiras	IPCA	Votorantim	20/04/2023	8,46%	3,79%	522	603	81
Debêntures	IPCA	Lojas Americanas	15/07/2021	6,58%	1,82%	2	2	0
Total						1.923	2.148	225
PrevMais								
Descrição	Indexador	Emissor	Vencimento	Taxa Curva	Taxa Mercado	Marcação Curva	Marcação Mercado	Diferença
Letras Financeiras	IPCA	Banco Safra	25/04/2023	7,51%	3,42%	1.940	2.205	265
Letras Financeiras	IPCA	Bradesco	24/04/2023	6,54%	2,58%	180	204	24
Letras Financeiras	IPCA	Banco do Brasil	01/06/2020	4,89%	0,77%	772	780	8
Letras Financeiras	IPCA	Votorantim	20/04/2023	8,46%	3,79%	559	646	87
Debêntures	IPCA	Lojas Americanas	15/07/2021	6,58%	1,82%	7	7	0
Total						3.458	3.842	384

Justificativas em atendimento ao artigo 32, parágrafo 2º da Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018:

- Foram criadas novas contas CETIP e SELIC para individualização dos registros dos ativos dos Planos de Benefícios, buscando adequação à Resolução CMN nº 4.661/2018. Tais contas foram finalizadas em julho de 2019 e os ativos citados não foram transferidos às novas contas, pois estavam registrados, internamente, de forma fracionada;

- Para que sejam realizadas a alienações, seguindo a CNPC 29/2018, os títulos tiveram sua classificação alterada na elaboração do balanço anual, de “títulos mantidos até vencimento” para “títulos para negociação”;
- A mudança de categoria dos títulos, no caso citado, ocorre por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto.

O Economus atesta que os Planos de Benefícios possuem capacidade financeira para manutenção dos títulos até os respectivos vencimentos, sem comprometimento de sua liquidez, conforme relatório elaborado pelas áreas técnicas responsáveis.

Para o Plano Regulamento Complementar nº 2 não houve reclassificação entre as categorias.

(i) Fundos de Investimentos em Participações

O Economus encerrou o exercício de 2019 com o montante de R\$ 147.920, em Fundos de Investimento em Participações.

Descrição	CNPJ	Aplicação Inicial	Integralizações (desde o início do Fundo)	Recebimentos (desde o início do Fundo)	Saldo em 2019	Rentabilidade 2019
Regulamento Geral			233.419	386.713	143.420	15,33%
FIP INV. INSTIT. III	09.064.476/0001-60	jul/08	18.597	12.913	4.941	-27,77%
FICFIP PATRIA R.E.II	10.979.378/0001-32	jul/10	20.915	14.705	12.024	-1,00%
FIP NEO CAP MEZANINO	10.720.618/0001-80	set/10	11.589	7.526	7.938	4,47%
FIP FBIE - SANTANDER	11.760.191/0001-06	set/10	10.352	190	10.791	16,47%
FIP PÁTRIA INFRAESTR	12.517.924/0001-49	fev/11	10.185	7.345	15.066	16,02%
FIP BRASIL PETROLEO ^(a)	14.240.738/0001-30	fev/12	13.259	-	-	-
FIP BRASIL PORTOS	14.737.553/0001-36	mar/12	9.313	-	5.546	-4,94%
FIP BRASIL ÓLEO-GÁS ^(a)	14.713.775/0001-19	jul/12	10.320	87	-	-
FIP INDUSTRIAL PARKS	10.214.548/0001-98	nov/12	13.563	-	9.229	-5,96%
FICFIP PATRIA SPE OP	13.328.452/0001-49	nov/12	11.402	-	8.326	-38,93%
FIP CAIXA BARCELONA ^(b)	15.254.490/0001-20	mar/13	36.253	316.928	-	35,54%
FIP CRP EMPREENDEDOR	14.747.610/0001-68	mai/13	5.254	738	7.584	23,78%
FIP 2BCAPITAL BRASIL	14.596.766/0001-95	jul/13	15.458	1.011	19.608	15,13%
FICFIP PATR PRIV III ^(a)	18.563.785/0001-76	dez/13	7.312	-	5.051	11,87%
FIP NEO CAP MEZN III	19.933.445/0001-52	ago/14	9.420	4	12.220	26,40%
FIP POLO R ESTATE II ^(b)	13.515.474/0001-18	dez/14	1.635	1.329	-	88,51%
FIP FBIE II	19.837.544/0001-30	jan/15	8.338	3.731	11.784	7,58%
FIP COPA FLOREST III	17.672.294/0001-09	fev/16	20.253	20.206	13.312	33,57%
PrevMais			4.294	208	4.500	15,36%
FIP CRP EMPREENDEDOR	14.747.610/0001-68	mai/13	625	88	903	23,78%
FIP 2BCAPITAL BRASIL	14.596.766/0001-95	jul/13	1.840	120	2.334	15,13%
FICFIP PATR PRIV III ^(a)	18.563.785/0001-76	dez/13	1.828	-	1.263	11,87%
Total da carteira de Fundos de Investimentos em Participações			237.713	386.921	147.920	

(a) A partir de 2017, foi implementada a aplicação de procedimentos internos para assegurar se ativos, registrados em fundos de investimentos em participações, não estariam registrados contabilmente por valor que excedesse seus valores de recuperação. Portanto, em 2018 ocorreram baixas totais e parciais dos fundos FIP Brasil Petróleo, Fip Brasil Óleo-Gás e FICFIP Patr Priv III;

(b) Em 2019, conforme contratos com os fundos de participações foram encerradas as participações no FIP Polo R Estate II (fev/2019) e FIP Caixa Barcelona (out/2019).

(ii) Investimentos Imobiliários

Todos os investimentos imobiliários da Entidade são destinados exclusivamente para renda (aluguel) e pertencem ao Plano Regulamento Geral, conforme Política de Investimentos. Ao final do exercício de 2019, são demonstrados como segue:

Descrição	2018	Acréscimos/ Deduções	2019
Locadas a Patrocinadoras	29.725	3.754	33.479
Edificações	29.550	3.767	33.317
Aluguéis	175	(13)	162
Locadas a Terceiros	92.123	13.858	105.981
Edificações	91.583	13.885	105.468
Aluguéis	540	(27)	513
Total da Carteira de Imóveis	121.848	17.612	139.460

O Economus possui imóveis locados aos patrocinadores e a terceiros. Durante o exercício de 2019, os aluguéis recebidos totalizaram R\$ 8.990 (R\$ 6.514, em 2018).

O Economus reavaliou seus imóveis com laudo em 01 de novembro de 2019, sendo ajustado contabilmente em dezembro de 2019. Os laudos de avaliação foram elaborados considerando as práticas e padrões profissionais aplicáveis de acordo com a NBR 14.653, da ABNT – Associação Brasileira e Normas Técnicas, em todas as suas partes, além dos padrões de conduta e ética profissionais estabelecidos no Red Book em sua edição de 2014, editada pela Royal Institution Of Chartered Surveyors (“RICS”). Os laudos de avaliação foram emitidos pela empresa Binswanger Brazil, gerando variação patrimonial positiva de R\$ 17.527 (positiva de R\$ 8.583, em 2018), conforme quadro a seguir:

Descrição	Valor contábil Nov/2019	Ajuste da Reavaliação	Valor contábil Dez/2019	Vida útil remanescente
Locados ao Patrocinador	29.550	3.767	33.317	
Rua Domingos de Morais N 896 - Vila Mariana	11.810	3.262	15.072	40 anos
Praça Raul Aguiar Leme N 212 - Bragança Paulista	2.840	606	3.446	18 anos
Rua Teodoro Sampaio N 1600 - Pinheiros	10.900	1.313	12.213	25 anos
Rua Libero Badaró N 293 - Conjunto 15	1.333	(471)	862	15 anos
Rua Libero Badaró N 293 - Conjunto 17 A	1.333	(471)	862	15 anos
Rua Libero Badaró N 293 - Conjunto 17 D	1.333	(471)	862	15 anos
Locados a Terceiros	91.708	13.760	105.468	
Av Dr. Cardoso de Melo N 1855 - Conjunto 31	3.199	945	4.144	25 anos
Av Dr. Cardoso de Melo N 1855 - Conjunto 41	3.199	945	4.144	25 anos
Av Dr. Cardoso de Melo N 1855 - Conjunto 42	3.199	945	4.144	25 anos
Av Dr. Cardoso de Melo N 1855 - Conjunto 141	3.199	945	4.144	25 anos
Av Dr. Cardoso de Melo N 1855 - Conjunto 142	3.199	945	4.144	25 anos
Av Dr. Cardoso de Melo N 1855 - Conjunto 151	3.199	945	4.144	25 anos
Av Dr. Cardoso de Melo N 1855 - Conj. 152 e Cobertura	5.247	1.913	7.160	25 anos
Rua Quirino de Andrade N 185 - São Paulo	8.040	603	8.643	25 anos
Bela Cintra Corporate	59.225	5.576	64.801	58 anos
Total da Reavaliação dos Imóveis	121.258	17.527	138.785	

O Economus adotou a reavaliação anual dos investimentos imobiliários.

(iii) Empréstimos

A Entidade possui valores a receber de participantes, relativos a empréstimos a serem descontados em folha de pagamento que, no entendimento há garantia de receber ao menos parte dos referidos valores. Essas garantias estão representadas, no caso do empréstimo, pela reserva que o participante já tem acumulado no plano de benefícios (saldo de conta) e pelo Fundo de Investimento (Fundo de Inadimplência) que é constituído por uma taxa de desconto sobre as concessões.

Registram as operações de empréstimos concedidos a participantes, de acordo com o regulamento,

e avaliados ao valor da concessão, deduzidos os valores amortizados pelo pagamento de parcelas, antecipações e quitações, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das Demonstrações Contábeis.

A movimentação da carteira de empréstimo em 2019 é a seguinte:

Descrição	2018	Concessões	Amortizações	Juros	2019
Regulamento Complementar n° 1	7.251	4.466	(4.459)	760	8.018
Empréstimos a Participantes	7.251	4.466	(4.459)	760	8.018
Regulamento Complementar n° 2	3.804	3.613	(3.501)	416	4.332
Empréstimos a Participantes	3.804	3.613	(3.501)	416	4.332
Regulamento Geral	78.405	49.453	(55.282)	8.910	81.390
Empréstimos a Participantes	78.578	49.165	(55.042)	8.910	81.611
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(173)	288	(240)	-	(221)
PrevMais	114.014	126.409	(111.212)	10.784	139.795
Empréstimos a Participantes	114.318	125.960	(110.863)	10.784	140.199
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(304)	449	(349)	-	(404)
Total da carteira de Empréstimo	203.474	183.941	(174.454)	20.870	233.535

A provisão para devedores duvidosos é constituída com base nos valores vencidos e vincendos, conforme número de dias de atraso.

As operações com participantes representam os empréstimos concedidos, pelo valor principal acrescidos dos encargos contratuais. Os empréstimos são concedidos aos participantes e assistidos dos planos de benefícios Regulamento Complementar nº 1 e nº 2, Regulamento Geral e PrevMais.

Planos	Juros modelo atual	Juros modelo antigo	Prazo	Limite do empréstimo
Regulamento Complementar n 1 e 2	Mensal - 0,609% + INPC	-	3 a 96 meses	Até R\$ 100.000,00. Conforme a reserva individual de poupança resgatável e parcela até 30% da renda mensal líquida ou do benefício mensal líquido.
Regulamento Geral	Mensal - 0,655% + INPC	Contratos antigos vigentes até novembro/2016 taxa bruta de 0,798% ao mês	3 a 120 meses	Até R\$ 160.000,00. Conforme a reserva individual de poupança resgatável e parcela até 30% da renda mensal líquida ou do benefício mensal líquido.
PrevMais	Mensal - 0,205% + SELIC (modelo novo)	Contratos antigos vigentes até novembro/2016 taxa bruta de 0,5726% ao mês	3 a 96 meses	Até R\$ 160.000,00. Conforme a reserva individual de poupança resgatável e parcela até 30% da renda mensal líquida ou do benefício mensal líquido.

As taxas de juros brutas contemplam a taxa de administração, taxa de contingência e o seguro prestamista.

Adicionalmente, é cobrado e descontado do valor do principal o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), conforme legislação em vigor.

O registro contábil é feito pelo custo amortizado e as operações estão sujeitas à provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Na hipótese de haver o provisionamento de 100% do saldo devedor para créditos de liquidação duvidosa, o plano de benefícios detentor do crédito é ressarcido integralmente pelo fundo contábil de contingência (risco de crédito) que, a partir desse momento, assume a posição dos eventuais devedores.

(iv) Outros Realizáveis

Descrição	2019	2018
Regulamento Geral	3.493	3.291
Depósito Judicial - Ambev ^(a)	3.493	3.291
Plano de Gestão Administrativa (PGA)	10	257
Participação na Corretora de Seguros (Corseg) ^(b)	10	257
Total dos Outros Realizáveis	3.503	3.548

(a) Ação ordinária movida contra Companhia de Bebidas das Américas - Ambev, relativa a bônus de subscrição.

(b) Refere-se a participação na **Economus - Administradora e Corretora de Seguros Ltda.** Conforme disposto na Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 e alterações posteriores, o acionista majoritário Economus não pode ter investimentos relevantes em outras empresas. A Corretora encontra-se em liquidação extrajudicial, desde 31 de dezembro de 2005. O investimento é avaliado pelo método da equivalência patrimonial e está atualizado com base no patrimônio líquido de dezembro de 2019.

8.2. Fundos Exclusivos

Em 31 de dezembro de 2019, os fundos exclusivos apresentam um montante de R\$ 1.884.724 (R\$ 1.520.484, em 2018). Os títulos que compõem a carteira dos fundos de investimentos exclusivos estão assim demonstrados:

Descrição	Ativo/Passivo	Ativo/Passivo
	2019	2018
ECO STOCKS FIC FIA	611.199	390.147
Fundo de Renda Variável*	611.143	390.126
Ação do Itau Unibanco PN	43.268	34.000
Ação da Vale ON	42.833	31.796
Ação da Petrobras PN	39.480	22.755
Ação do Bradesco PN	34.230	29.884
Ação da B3 ON	22.593	12.976
Ação da Ambev ON	20.245	10.127
Ação do Banco do Brasil ON	19.152	15.913
Ação da Petrobras ON	18.812	10.473
Ação da Itausa PN	18.038	12.876
Outras Ações	352.492	209.326
Valores a Pagar	(7)	(8)
Disponível	62	28
Valores a Receber	1	1
* Abertura das 9 maiores ações da carteira.		
ECO CASH FIC FI RENDA FIXA	1.273.525	1.130.338
BB Eco Plus FI RF CP (a)	879.816	761.085
BB Top RF Índice de Preço FI RF LP (b)	7.203	10.114
Bradesco H.FI RF CP LP Performace Institucional (a)	276.396	261.259
FI Votorantin INS RF (a)	103.478	97.825
Santander Fic Fi Ima-b Institucional Títulos Públicos RF LP (b)	6.560	-
Caixa/Disponível	65	49
Valores a Receber	26	26
Valores a Pagar	(19)	(20)
(a) - Carteiras, basicamente, representadas por Letras Financeiras.		
(b) - Carteira, basicamente, representada por Notas do Tesouro Nacional - Série B (IPCA).		
Total dos Fundos Exclusivos	1.884.724	1.520.484

8.3. Composição das Carteiras de Investimentos por Plano

Em observância ao artigo 36º da Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, segue a segregação real dos ativos por plano:

a) Composição da carteira de investimentos do Regulamento Complementar nº 1

Regulamento Complementar nº 1	Composição dos Investimentos											
	Posição Compra		Categoria			Vencimento			Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor Contábil	
	Quantidade	PU Mercado	Negociação	Até Vencimento	Indeterminado	De 0 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Acima de 10 anos	2019	2019	2019	2018
Titulos Públicos			-	25.960	-	4.443	7.588	13.928	31.724	25.960	25.960	25.026
Notas do Tesouro Nacional			-	25.960	-	4.443	7.588	13.928	31.724	25.960	25.960	25.026
Notas do Tesouro Nacional B	390	3.738,081843	-	1.243	-	1.243	-	-	1.458	1.243	1.243	1.185
Notas do Tesouro Nacional B	1.000	3.874,771927	-	3.201	-	3.200	-	-	3.875	3.201	3.201	3.054
Notas do Tesouro Nacional B	2.310	3.993,945955	-	7.588	-	-	7.588	-	9.227	7.588	7.588	7.292
Notas do Tesouro Nacional B	3.074	4.197,756366	-	11.112	-	-	-	11.112	12.903	11.112	11.112	10.785
Notas do Tesouro Nacional B	872	4.885,935372	-	2.816	-	-	-	2.816	4.261	2.816	2.816	2.710
Créditos Privados e Depósitos			-	6.963	-	6.963	-	-	7.632	6.939	7.225	6.020
Letras Financeiras Privadas			-	6.963	-	6.963	-	-	7.346	6.677	6.963	6.020
Letras Financeiras Privadas	1	1.078.211,44	-	1.038	-	1.038	-	-	1.078	1.038	1.038	1.929
Letras Financeiras Privadas	1	1.460.740,1274	-	1.410	-	1.410	-	-	1.461	1.410	1.410	945
Letras Financeiras Privadas	0,8383	2.832.307,42	-	2.375	-	2.375	-	-	2.375	2.089	2.375	1.267
Letras Financeiras Privadas	3	810.537,78	-	2.140	-	2.140	-	-	2.432	2.140	2.140	1.878
Debêntures	250.000	1.145	262	-	-	-	262	-	286	262	262	-
Debêntures	250.000	1.145	262	-	-	-	262	-	286	262	262	-
Fundos de Investimento			-	-	15.027	-	-	-	15.027	15.027	15.027	11.726
Renda Fixa			-	-	15.027	-	-	-	15.027	15.027	15.027	11.726
Fundo de Renda Fixa	-	-	-	-	15.027	-	-	-	15.027	15.027	15.027	11.726
Empréstimos e Financiamentos			-	-	-	8.018	-	-	8.018	8.018	8.018	7.251
Total			-	32.923	15.027	11.406	7.588	13.928	62.401	55.944	56.230	50.023

b) Composição da carteira de investimentos do Regulamento Complementar nº 2

Regulamento Complementar nº 2	Composição dos Investimentos											
	Posição Compra		Categoria			Vencimento			Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor Contábil	
	Quantidade	PU Mercado	Negociação	Até Vencimento	Indeterminado	De 0 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Acima de 10 anos	2019	2019	2019	2018
Titulos Públicos			-	18.729	-	3.612	277	14.840	23.526	18.729	18.729	18.085
Notas do Tesouro Nacional			-	18.729	-	3.612	277	14.840	23.526	18.729	18.729	18.085
Notas do Tesouro Nacional B	400	3.874,771927	-	1.280	-	1.280	-	-	1.550	1.280	1.280	1.222
Notas do Tesouro Nacional B	710	3.993,945955	-	2.332	-	2.332	-	-	2.836	2.332	2.332	2.239
Notas do Tesouro Nacional B	82	4.112,095019	-	277	-	-	277	-	337	277	277	255
Notas do Tesouro Nacional B	3.107	4.197,756366	-	11.227	-	-	-	11.227	13.042	11.227	11.227	10.897
Notas do Tesouro Nacional B	1.179	4.885,935372	-	3.613	-	-	-	3.613	5.761	3.613	3.613	3.472
Créditos Privados e Depósitos			-	3.876	-	3.876	-	-	4.389	4.085	4.085	3.499
Letras Financeiras Privadas			-	3.876	-	3.876	-	-	4.160	3.876	3.876	3.499
Letras Financeiras Privadas	1	1.078.211,44	-	1.039	-	1.039	-	-	1.078	1.039	1.039	945
Letras Financeiras Privadas	1	1.460.740,13	-	1.410	-	1.410	-	-	1.461	1.410	1.410	1.267
Letras Financeiras Privadas	2	810.537,78	-	1.427	-	1.427	-	-	1.621	1.427	1.427	1.286
Debêntures			209	-	-	-	-	-	229	209	209	-
Debêntures	200.000	1.145	209	-	-	-	-	-	229	209	209	-
Fundos de Investimento			-	-	8.988	-	-	-	8.988	8.988	8.988	6.364
Renda Fixa			-	-	8.988	-	-	-	8.988	8.988	8.988	6.364
Fundo de Renda Fixa	-	-	-	-	8.988	-	-	-	8.988	8.988	8.988	6.364
Empréstimos			-	-	4.332	-	-	-	4.332	4.332	4.332	3.804
Total			-	22.605	8.988	7.488	277	14.840	36.903	36.134	36.134	31.751

Valores expressos em milhares de Reais

c) Composição da carteira de investimentos do Regulamento Geral

Regulamento Geral	Composição dos Investimentos												
	Posição Compra		Categoria		Vencimento			Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor Contábil			
	Quantidade	PU Mercado	Negociação	Até Vencimento	Indeterminado	De 0 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Acima de 10 anos	2019	2019	2019	2018	
Títulos Públicos			-	3.276.079	-	1.876.542	64.478	1.335.059	4.222.213	3.276.079	3.276.079	3.047.311	
Notas do Tesouro Nacional			-	3.276.079	-	1.876.542	64.478	1.335.059	4.222.213	3.276.079	3.276.079	3.047.311	
Notas do Tesouro Nacional B	5.000	4.197,756366	-	16.265	-	-	-	16.265	20.989	16.265	16.265	15.631	
Notas do Tesouro Nacional B	10.000	4.197,756366	-	30.641	-	-	-	30.641	41.978	30.641	30.641	29.279	
Notas do Tesouro Nacional B	49.548	4.665,552000	-	142.056	-	-	-	142.056	231.169	142.056	142.056	136.149	
Notas do Tesouro Nacional B	152.817	4.885,935372	-	491.416	-	-	-	491.416	746.654	491.416	491.416	472.928	
Notas do Tesouro Nacional B	10.000	3.874,771927	-	32.372	-	32.372	-	-	38.748	32.372	32.372	30.969	
Notas do Tesouro Nacional B	10.000	16.646,257,79	-	33.292	-	33.292	-	-	34.696	33.292	33.292	31.813	
Notas do Tesouro Nacional B	24.000	4.370,215360	-	70.748	-	-	-	70.748	104.885	70.748	70.748	67.684	
Notas do Tesouro Nacional B	19.680	3.993,945955	-	64.478	-	-	64.478	-	78.601	64.478	64.478	61.928	
Notas do Tesouro Nacional C	444.594	4.471,394594	-	1.810.878	-	1.810.878	-	-	1.987.955	1.810.878	1.810.878	1.652.921	
Notas do Tesouro Nacional C	126.000	7.432,843987	-	583.933	-	-	-	583.933	936.538	583.933	583.933	548.009	
Créditos Privados e Depósitos			2.148	187.828	-	173.524	16.452	-	205.208	189.754	189.976	173.712	
Instituições Financeiras			1.770	185.071	-	170.389	16.452	-	204.716	186.620	186.841	169.770	
Letras Financeiras Privadas	25	764.610,261	-	16.452	-	-	16.452	-	19.115	16.452	16.452	14.913	
Letras Financeiras Privadas	10	2.156,422,870	-	20.770	-	20.770	-	-	21.564	20.770	20.770	18.906	
Letras Financeiras Privadas	22	1.304,573,301	-	27.541	-	27.541	-	-	28.701	27.541	27.541	26.537	
Letras Financeiras Privadas	5	1.777,159,200	-	8.735	-	8.735	-	-	8.886	8.735	8.735	7.860	
Letras Financeiras Privadas	10	1.460,740,127	-	14.104	-	14.104	-	-	14.607	14.104	14.104	12.670	
Letras Financeiras Privadas	10	1.950,055,523	-	17.220	-	17.220	-	-	19.501	17.220	17.220	15.389	
Letras Financeiras Privadas	14,48285714	1.248,545,868	603	15.126	-	15.729	-	-	18.083	15.647	15.729	13.923	
Letras Financeiras Privadas	94,2857143	286,284,073	82	23.741	-	23.823	-	-	26.992	23.814	23.823	21.599	
Letras Financeiras Privadas	8,38323353	2.832,307,418	1.085	19.936	-	21.021	-	-	23.744	20.891	21.021	18.785	
Letras Financeiras Privadas	15	1.568,199,899	-	21.446	-	21.446	-	-	23.523	21.446	21.446	19.188	
Patrocinador (Banco do Brasil)			375	2.287	-	2.662	-	-	2.684	2.662	2.662	2.433	
Letras Financeiras do Banco do Brasil	2,3248	1.154,650,564	375	2.287	-	2.662	-	-	2.684	2.658	2.662	2.433	
Debêntures			3	470	-	473	-	-	492	472	473	1.509	
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	830	
Debêntures	48,2396	10.207,902	3	470	-	473	-	-	492	472	473	679	
Ações			116.740	-	116.740	-	-	-	116.740	116.740	116.740	113.432	
Companhias Abertas			116.740	-	116.740	-	-	-	116.740	116.740	116.740	113.432	
IRB Brasil Seguros	2.997,180	38,95	116.740	-	116.740	-	-	-	116.740	116.740	116.740	113.432	
Fundos de Investimento			672.761	143.565	672.761	130.252	13.313	-	816.326	816.326	816.326	730.508	
Renda Fixa			130.771	-	130.771	-	-	-	130.771	130.771	130.771	89.361	
Fundo de Renda Fixa			130.771	-	130.771	-	-	-	130.771	130.771	130.771	89.361	
Ações			486.212	145	486.212	145	-	-	486.357	486.357	486.357	338.361	
Fundo de Ações			486.212	145	486.212	145	-	-	486.357	486.357	486.357	338.361	
Participações			-	143.420	-	130.107	13.313	-	143.420	143.420	143.420	248.927	
Fundo de Participações			-	143.420	-	130.107	13.313	-	143.420	143.420	143.420	248.927	
Imobiliário			55.778	-	55.778	-	-	-	55.778	55.778	55.778	53.859	
Fundo Imobiliário			55.778	-	55.778	-	-	-	55.778	55.778	55.778	53.859	
Investimentos Imobiliários			-	-	139.460	-	-	-	139.460	139.460	139.460	121.848	
Imóveis			-	-	138.785	-	-	-	138.785	138.785	138.785	121.133	
Aluguéis e Renda			-	-	675	-	-	-	675	675	675	715	
Empréstimos e Financiamentos			-	-	81.390	-	-	-	81.390	81.390	81.390	78.405	
Depósitos Judiciais/Recursais			-	-	6.497	-	-	-	6.497	6.497	6.497	6.294	
Outros Realizáveis			-	-	3.493	-	-	-	3.493	3.493	3.493	3.291	
Total			791.649	3.607.472	1.020.341	2.180.318	94.243	1.335.059	5.591.327	4.629.739	4.629.961	4.274.801	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Valores expressos em milhares de Reais

d) Composição da carteira de investimentos do PrevMais

PrevMais	Composição dos Investimentos												
	Posição Compra		Categoria			Vencimento			Valor de Mercado 2019	Valor de Custo 2019	Valor Contábil		
	Quantidade	PU Mercado	Negociação	Até Vencimento	Indeterminado	De 0 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Acima de 10 anos			2019	2018	
Títulos Públicos													
Notas do Tesouro Nacional													
Notas do Tesouro Nacional B	59.419	4.885,935372	-	294.995	-	31.971	28.204	234.820	396.960	294.995	294.995	284.269	284.269
Notas do Tesouro Nacional B	2.500	4.197,756366	-	294.995	-	31.971	28.204	234.820	396.960	294.995	294.995	284.269	284.269
Notas do Tesouro Nacional B	10.000	3.738,081843	-	210.134	-	-	-	210.134	290.317	210.134	210.134	202.875	202.875
Notas do Tesouro Nacional B	3.835	4.370,215360	-	8.133	-	-	8.133	-	10.494	8.133	8.133	7.815	7.815
Notas do Tesouro Nacional B	6.100	3.993,945955	-	31.971	-	31.971	-	-	37.381	31.971	31.971	30.527	30.527
Notas do Tesouro Nacional B	3.782	4.665,552000	-	12.032	-	-	-	12.032	16.760	12.032	12.032	11.560	11.560
Notas do Tesouro Nacional B			-	20.071	-	-	20.071	-	24.363	20.071	20.071	19.290	19.290
Notas do Tesouro Nacional B			-	12.654	-	-	-	12.654	17.645	12.654	12.654	12.202	12.202
Créditos Privados e Depósitos													
Instituição Financeira													
Letras Financeiras Privadas	8	2.156.422,87	-	1.638	-	474.555	2.615	-	498.512	477.049	477.170	445.996	445.996
Letras Financeiras Privadas	40	2.622.638,18	-	850	-	319.028	-	-	338.156	318.917	319.028	292.708	292.708
Letras Financeiras Privadas	5	1.777.159,20	-	16.616	-	16.616	-	-	17.251	16.616	16.616	15.126	15.126
Letras Financeiras Privadas	5	1.304.573,30	-	90.641	-	90.641	-	-	104.906	90.641	90.641	80.691	80.691
Letras Financeiras Privadas	10	1.950.055,52	-	8.735	-	8.735	-	-	8.886	8.735	8.735	7.860	7.860
Letras Financeiras Privadas	5	1.304.573,30	-	6.259	-	6.259	-	-	6.523	6.259	6.259	6.031	6.031
Letras Financeiras Privadas	10	1.950.055,52	-	17.220	-	17.220	-	-	19.501	17.220	17.220	14.602	14.602
Letras Financeiras Privadas	10	1.558.069,14	-	15.568	-	15.568	-	-	15.581	15.568	15.568	13.389	13.389
Letras Financeiras Privadas	4,517142857	1.248.545,87	646	4.322	-	4.967	-	-	5.640	4.880	4.967	4.343	4.343
Letras Financeiras Privadas	5,714285714	286.284,07	204	1.263	-	1.467	-	-	1.636	1.443	1.467	1.309	1.309
Letras Financeiras Privadas	0,78	2.832.307,42	-	2.205	-	2.205	-	-	2.205	2.205	2.205	1.744	1.744
Letras Financeiras Privadas	50	726.750,16	-	35.864	-	35.864	-	-	36.338	35.864	35.864	33.502	33.502
Letras Financeiras Privadas	25	1.395.609,84	-	34.920	-	34.920	-	-	34.890	34.920	34.920	32.782	32.782
Letras Financeiras Privadas	105	682.344,56	-	71.421	-	71.421	-	-	71.646	71.421	71.421	67.009	67.009
Letras Financeiras Privadas	75	175.373,91	-	13.145	-	13.145	-	-	13.153	13.145	13.145	12.320	12.320
Patrocinador (Banco do Brasil)													
Letras Financeiras	36	2.101.132,71	780	128.736	-	129.516	-	-	131.428	129.507	129.516	121.257	121.257
Letras Financeiras	10	1.793.742,68	-	74.668	-	74.668	-	-	75.641	74.668	74.668	69.936	69.936
Letras Financeiras	10	1.796.221,19	-	17.628	-	17.628	-	-	17.937	17.628	17.628	16.525	16.525
Letras Financeiras	10	1.796.221,19	-	17.652	-	17.652	-	-	17.962	17.652	17.652	16.533	16.533
Letras Financeiras	10	1.795.394,64	-	17.644	-	17.644	-	-	17.954	17.644	17.644	16.510	16.510
Letras Financeiras	1,6752	1.154.650,56	780	1.144	-	1.924	-	-	1.934	1.915	1.924	1.753	1.753
Debêntures													
Debêntures	41,88	-	8	28.618	-	26.011	2.615	-	28.928	28.625	28.626	26.792	26.792
Debêntures	34,7604	10.207,90	8	333	-	341	-	-	355	340	341	489	489
Debêntures	1325	1.030,97	-	1.356	-	1.356	-	-	1.366	1.356	1.356	1.360	1.360
Debêntures	4400	1.021,43	-	4.433	-	4.433	-	-	4.494	4.433	4.433	4.439	4.439
Debêntures	4400	1.007,90	-	4.430	-	4.430	-	-	4.435	4.430	4.430	4.442	4.442
Debêntures	4400	1.001,86	-	4.428	-	4.428	-	-	4.408	4.428	4.428	4.437	4.437
Debêntures	550	9.981,47	-	5.511	-	5.511	-	-	5.490	5.511	5.511	5.514	5.514
Debêntures	550	10.033,60	-	5.512	-	5.512	-	-	5.518	5.512	5.512	5.513	5.513
Debêntures	250000	1.144,93	-	2.615	-	-	2.615	-	2.862	2.615	2.615	-	-
Certificados de Depósitos Bancários													
Certificados de Depósitos Bancários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.239	5.239
Fundos de Investimento													
Renda Fixa													
Fundo de Renda Fixa	-	-	1.133.516	24.905	1.133.516	24.905	-	-	1.158.421	1.158.421	1.158.421	1.018.361	1.018.361
Ações													
Fundo de Ações	-	-	1.008.537	-	1.008.537	-	-	-	1.008.537	1.008.537	1.008.537	910.256	910.256
Direitos Creditórios													
Fundo de Ações	-	-	124.979	-	124.979	-	-	-	124.979	124.979	124.979	83.858	83.858
Direitos Creditórios													
Fundo de Direitos Creditórios	-	-	-	20.405	-	20.405	-	-	20.405	20.405	20.405	20.461	20.461
Participações													
Fundo de Participações	-	-	-	4.500	-	4.500	-	-	4.500	4.500	4.500	3.786	3.786
Empréstimos e Financiamentos													
Fundo de Participações	-	-	-	139.795	-	-	-	-	139.795	139.795	139.795	114.014	114.014
Total													
			1.135.154	795.432	1.273.311	531.431	30.819	234.820	2.193.688	2.070.260	2.070.381	1.862.640	1.862.640

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Perfil de Investimentos

Apresenta-se a seguir a composição dos perfis de investimentos:

Perfil	Qtd. Participantes (*)		Volume dos recursos		Rentabilidade (%)	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Conservador	8.198	8.587	1.234.028	1.173.772	6,35%	7,18%
Moderado	1.060	969	184.849	137.754	9,99%	8,82%
Agressivo	591	469	120.126	77.105	13,67%	10,32%
Super Agressivo	319	247	70.428	43.616	17,50%	11,87%
Total	10.168	10.272	1.609.431	1.432.247		

(*) Considera os participantes ativos, autopatrocinados, Benefício Proporcional Diferido (BPD) e Obrigações Pendentes com Participantes (OPP) - participantes desligados do Plano/Patrocinador, aguardando concessão de benefício/extrato de desligamento, aguardando opção pelos Institutos ou suspensos. No perfil conservador foi incluída a quantidade de aposentados com opção por renda mensal por período determinado, renda mensal em percentual do Montante Financeiro Individual (MFI) e pensionistas com saldo de MFI. A quantidade informada refere-se ao perfil de investimento da última inscrição dos participantes no plano.

e) Composição da carteira de investimentos do Plano de Gestão Administrativa

Plano de Gestão Administrativa	Composição dos Investimentos											
	Posição Compra		Categoria			Vencimento			Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor Contábil	
	Quantidade	PU Mercado	Negociação	Até Vencimento	Indeterminado	De 0 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Acima de 10 anos	2019	2019	2019	2018
Títulos Públicos Federais			-	7.071	-	-	7.071	-	7.071	7.071	7.071	-
Letras Financeiras do Tesouro			-	7.071	-	-	7.071	-	7.071	7.071	7.071	-
Letras Financeiras do Tesouro	676	10.460,050370	-	7.071	-	-	7.071	-	7.071	7.071	7.071	-
Créditos Privados e Depósitos			-	5.476	-	5.476	-	-	10.024	9.938	9.938	9.305
Letras Financeiras Privadas			-	5.476	-	5.476	-	-	10.024	9.938	9.938	9.305
Letras Financeiras	1	2.101.132,71241	-	2.075	-	2.075	-	-	2.101	2.075	2.075	1.943
Letras Financeiras	5	682.344,56231	-	3.401	-	3.401	-	-	3.412	3.401	3.401	3.191
Letras Financeiras	5	726.750,16	-	3.586	-	3.586	-	-	3.634	3.586	3.586	3.350
Letras Financeiras	5	175.373,91	-	876	-	876	-	-	877	876	876	821
Fundos de Investimento			57.324	-	57.324	-	-	-	57.324	57.324	57.324	69.136
Renda Fixa			57.324	-	57.324	-	-	-	57.324	57.324	57.324	69.136
Fundo de Renda Fixa	-	-	57.324	-	57.324	-	-	-	57.324	57.324	57.324	69.136
Outros Realizáveis			-	-	10	-	-	-	10	10	10	257
Participação na Corretora de Seguros	-	-	-	-	10	-	-	-	10	10	10	257
Total			57.324	12.547	57.334	5.476	7.071	-	74.429	74.343	74.343	78.698

9. Permanente

A composição do ativo permanente está demonstrada como segue:

Descrição	2018	Adições	Baixas	Depreciações e amortizações	2019
Imobilizado	715	269	-	(333)	651
Móveis e Utensílios	113	12	-	(23)	102
Máquinas e Equipamentos	599	220	-	(287)	532
Celulares e Tablets	3	37	-	(23)	17
Intangível	1.012	10	-	(338)	684
Software	1.012	10	-	(338)	684
Total do Permanente	1.727	279	-	(671)	1.335

10. Gestão Assistencial

A partir do exercício de 2010, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar ('EFPC'), que operam plano de assistência à saúde aos seus participantes e assistidos, passaram a utilizar as regras da Agência Nacional de Saúde Suplementar ('ANS') para os registros contábeis. Portanto, as Demonstrações Contábeis dos planos assistenciais administrados pelo Economus, em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela ANS, pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar ('CNPC') e pela Superintendência de Previdência Complementar ('Previc').

As receitas e despesas assistenciais constantes na Demonstração da Mutação do Patrimônio Social ('DMPS') – Consolidada, item 5. Gestão Assistencial representam o Resultado Líquido dos Planos Assistenciais no valor negativo de R\$ 51.890 (negativo de R\$ 54.249, em 2018).

As Demonstra es Contábeis e as Notas Explicativas da Gestão Assistencial são apresentadas de forma segregada às demonstra es dos planos previdenciais e plano de gestão administrativa, mas como parte integrante das Demonstra es Contábeis, conforme apresentado nas informa es suplementares da Gestão Assistencial.

Nos demonstrativos contábeis consolidados, elaborados em conformidade com os normativos do CNPC e Previc, são apresentados apenas os saldos totais do ativo, passivo e movimentos patrimoniais ocorridos no plano assistencial. Os valores de forma analítica são apresentados nos demonstrativos assistenciais elaborados em conformidade com as normas da ANS.

11. Exigível Operacional

A composi o do exigível operacional está demonstrada como segue:

Descri�o	Regulamento Complementar n� 1		Regulamento Complementar n� 2		Regulamento Geral		PrevMais		PGA		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Gestão Previdencial	1.085	534	1.274	480	8.948	8.491	1.603	1.169	-	-	12.910	10.674
Benefícios a Pagar	17	17	396	87	61	202	6	6	-	-	480	312
Reten�es a Recolher	3	2	-	2	8.151	7.946	1.141	966	-	-	9.295	8.916
Outras Exigibilidades ^(a)	1.065	515	878	391	736	343	456	197	-	-	3.135	1.446
Gestão Administrativa	-	-	-	-	-	-	-	-	7.169	5.683	7.169	5.683
Pessoal e Encargos	-	-	-	-	-	-	-	-	2.419	2.454	2.419	2.454
Fornecedores a Pagar	-	-	-	-	-	-	-	-	3.733	2.297	3.733	2.297
Reten�es a Recolher	-	-	-	-	-	-	-	-	1.017	932	1.017	932
Investimento	19	16	109	6	883	132	527	168	1	-	1.539	322
Investimentos Imobiliários	-	-	-	-	5	37	-	-	-	-	5	37
Empréstimos e Financiamentos	11	16	103	6	93	64	226	162	-	-	433	248
Outras Exigibilidades ^(b)	8	-	6	-	785	31	301	6	1	-	1.101	37
Total do exigível operacional	1.104	550	1.383	486	9.831	8.623	2.130	1.337	7.170	5.683	21.618	16.679

(a) Referem-se à taxa de administra o e contribui es a repassar entre os planos de benefícios, quitadas em janeiro de 2020.

(b) Refere-se ao valor a pagar da taxa de custódia dos investimentos, juntamente com o repasse do custeio dos investimentos dos planos, todos quitados em janeiro de 2020.

12. Exigível Contingencial

O Economus tem ações judiciais e processos administrativos perante vários Tribunais e Órgãos Governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias.

12.1. Provisões – Prováveis

O Economus constitui provisões para demandas trabalhistas, cíveis e tributárias com risco de perda provável. A composição do exigível contingencial das ações classificadas como prováveis está demonstrada como segue:

Descrição	Provisões			2019
	2018	Constituição/ (Reversão)	Atualização Monetária	
Gestão Previdencial	217.212	41.886	10.165	269.263
Trabalhistas ^(a)	214.218	38.129	10.040	262.387
Regulamento Complementar n° 1	12.564	5.416	996	18.976
Regulamento Complementar n° 2	7.321	4	392	7.717
Regulamento Geral	194.333	32.709	8.652	235.694
Cíveis ^(b)	2.994	3.757	125	6.876
Regulamento Geral	2.548	1.440	-	3.988
PrevMais	446	2.317	125	2.888
Gestão Administrativa	18.062	66	196	18.324
Trabalhistas ^(c)	693	(124)	23	592
Plano de Gestão Administrativa (PGA)	693	(124)	23	592
Cíveis ^(d)	160	(118)	2	44
Plano de Gestão Administrativa (PGA)	160	(118)	2	44
Tributárias ^(e)	17.209	308	171	17.688
Plano de Gestão Administrativa (PGA)	17.209	308	171	17.688
Investimentos	6.568	34	182	6.784
Cíveis ^(f)	284	34	-	318
Regulamento Geral	284	34	-	318
Tributárias ^(g)	6.284	-	182	6.466
Regulamento Geral	6.284	-	182	6.466
Total do exigível contingencial	241.842	41.986	10.543	294.371

Gestão Previdencial

(a) Processos trabalhistas: a Entidade é ré em ações ajuizadas por participantes, aposentados, sindicatos e entidades associativas relacionadas à atividade laboral exercida no Patrocinador, mas que refletem nos benefícios previdenciários concedidos pelo Instituto, as quais, na sua maioria, tem por objeto a majoração do benefício dos Planos de Benefícios do Regulamento Complementar n° 1, Regulamento Complementar n° 2 e Regulamento Geral. Esses processos estão em diversos estágios de andamento, inclusive com valores depositados judicialmente.

O acréscimo do passivo trabalhista previdencial no exercício reflete a movimentação das reclamações trabalhistas que tiveram julgamento desfavorável ao Economus e a alteração das fases processuais, de instrução para recursal e de recursal para execução. Contabilmente, está provisionado, em 2019, o valor de R\$ 262.387 (R\$ 214.218, em 2018).

(b) Processos cíveis: são compostos por ações em andamento perante a Justiça Comum, com provisionamento, em 2019, de R\$ 6.876 (R\$ 2.994, em 2018).

Gestão Administrativa

(c) Processos trabalhistas: ações ajuizadas por ex-funcionários do Economus e, bem como por empregados de empresas terceirizadas que prestam serviço ao Instituto. Esses processos estão em diversos estágios de andamento, alguns, inclusive, com valores depositados judicialmente. A Administração avalia que a provisão estimada constituída é suficiente para a cobertura das

Valores expressos em milhares de Reais

eventuais perdas, consubstanciada na opinião dos seus advogados, estando de acordo com a metodologia e os critérios estabelecidos em relação às decisões desfavoráveis ao Economus. Contabilmente, está provisionado, em 2019, o valor de R\$ 592 (R\$ 693, em 2018).

(d) Processos cíveis: ações envolvendo discussões sobre plano de saúde e seguro de vida em andamento na Justiça Comum, com provisionamento, em 2019, de R\$ 44 (R\$ 160, em 2018).

(e) Processos tributários: ações judiciais questionando a exigibilidade de tributos e processos administrativos decorrentes de autuações fiscais, tais como:

- **ISS:** autuação da Prefeitura de São Paulo referente à cessão de mão de obra de 1991 a 1996. Em 2007 o Economus aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), instituído pela Lei nº 14.129, de 11 de janeiro de 2006, que está em fase de homologação pela Prefeitura de São Paulo e de levantamento dos depósitos realizados no processo. Contabilmente está provisionado em 2019 o valor de R\$ 2.825 (R\$ 2.654, em 2018).
- **Contribuição Social ao PIS e Cofins:** em 2006 o Economus impetrou Mandado de Segurança com pedido de liminar com o objetivo de não submeter a Entidade ao recolhimento destas contribuições sociais nos moldes exigidos pela Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998. O processo encontra-se suspenso em razão da declaração de repercussão geral em outra ação com Recurso Extraordinário pendente de julgamento no Supremo Tribunal Federal, cuja matéria é similar àquela tratada no processo do Economus e, portanto, poderá ter reflexos na decisão do Mandado de Segurança impetrado pela a Entidade. Até o momento não há decisão final do Poder Judiciário sobre a exigibilidade ou não do PIS e da Cofins, razão pela qual o Economus continua cumprindo a legislação vigente e a decisão do TRF – Tribunal Regional Federal, depositando os valores em juízo. Contabilmente, estão provisionados em 2019, R\$ 14.863 (R\$ 14.555, em 2018).

Investimentos

(f) Processos cíveis: são compostos por ações em andamento na Justiça Comum (processos envolvendo discussões relativas aos imóveis), com provisionamento, em 2019, de R\$ 318 (R\$ 284, em 2018).

(g) Processos tributários: autuação da Prefeitura de São Paulo - IPTU - o Economus provisionou e depositou judicialmente valores devidos a título de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), dos bens constantes do Imobilizado do Plano de Benefícios do Regulamento Geral. Contabilmente, está provisionado, em 2019, o valor de R\$ 6.466 (R\$ 6.284, em 2018).

Em 2007 o Economus aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), instituído pela Lei nº 14.129, de 11 de janeiro de 2006, o qual está em fase de homologação pela Prefeitura de São Paulo e de levantamento dos depósitos. O PPI foi um programa cuja finalidade era oferecer oportunidade para que as pessoas físicas ou jurídicas possam quitar seus débitos tributários e não tributários e, assim, regularizar a situação perante o Município de São Paulo, com redução de até 75% da multa e 100% dos juros de mora.

12.2. Passivos Contingentes – Possíveis

O Economus possui ações trabalhistas, cíveis e tributárias que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificados como possíveis, estando assim representadas:

Valores expressos em milhares de Reais

Natureza	Descrição do objeto	Perda Possível	
		2019	2018
Gestão Previdencial		52.094	51.779
Trabalhista		2.781	3.501
Regulamento Geral	Diferenças de verbas trabalhistas nos benefícios previdenciais, concessão ou revisão de benefício.	2.781	3.482
PrevMais	Diferenças de verbas trabalhistas nos benefícios previdenciais, concessão ou revisão de benefício.	-	19
Cível		49.313	48.278
Regulamento Geral	Concessão ou revisão de benefícios previdenciários	49.313	48.278
Gestão Administrativa		15.221	15.639
Trabalhista		59	114
Plano de Gestão Administrativa	Verbas trabalhistas/reintegração ao emprego	59	114
Cível		77	766
Plano de Gestão Administrativa	Indenização de seguro de vida e acidente	77	766
Tributária		15.085	14.759
Plano de Gestão Administrativa	Pedido de compensação de tributos	15.085	14.759
Investimentos		46	8
Cível		46	8
Regulamento Geral	Imóveis	46	8
Valor total das ações com risco de perda possível		67.361	67.426

12.3. Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais do Economus estão relacionados às provisões e passivos contingentes, visto que são garantidores de potenciais pagamentos de contingências. Os depósitos judiciais são registrados no ativo não circulante até que seja proferida decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvida.

Descrição	Depósitos Judiciais	
	2019	2018
Gestão Previdencial	202.228	163.108
Trabalhistas	202.228	163.108
Regulamento Complementar nº 1	18.977	12.565
Regulamento Complementar nº 2	7.722	7.326
Regulamento Geral	172.641	143.217
PrevMais	2.888	-
Gestão Administrativa	15.294	15.086
Trabalhistas	534	530
Plano de Gestão Administrativa (PGA)	534	530
Cíveis	28	26
Plano de Gestão Administrativa (PGA)	28	26
Triburário	14.732	14.530
Plano de Gestão Administrativa (PGA)	14.732	14.530
Investimentos	6.497	6.294
Cíveis	31	10
Regulamento Geral	31	10
Tributário	6.466	6.284
Regulamento Geral	6.466	6.284
Total de Depósitos Judiciais	224.019	184.488

12.4. Ativo Contingente

O Economus é credor de valor a receber perante o Fundo Nacional de Desenvolvimento, gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em razão de ação judicial ajuizada pela ABRAPP (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar), entidade da qual é associada, na condição de substituta processual de suas associadas que possuíam títulos de OFND's – Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento Econômico adquiridos em função do Decreto-Lei n.º 2.228/86 (alterado pelo DC 2383/87), onde pretendeu que as referidas OFND's fossem atualizadas pelo IPC, ao invés do BTN, desde abril de 1990 até fevereiro de 1991, com o imediato pagamento às filiadas da Autora dos valores resultantes de novo cálculo, devidamente corrigidos e acrescidos dos juros cabíveis.

Na primeira instância a ação foi julgada improcedente, tendo o Tribunal Regional Federal da 2ª

Valores expressos em milhares de Reais

Região reformado a sentença para determinar que as OFND's adquiridas pelos filiados da ABRAPP deverão ser corrigidas pelo IPC de abril de 1990 a fevereiro de 1991, devendo os valores resgatados serem monetariamente corrigidos e acrescidos de juros.

O Superior Tribunal de Justiça reformou a decisão apenas no tocante aos honorários de sucumbência devidos pela União.

Após o trânsito em julgado do mérito em 2008, em 2012 a União Federal ajuizou ação rescisória em face da ABRAPP, no entanto a ação foi julgada improcedente. A União recorreu do mérito e a ABRAPP da condenação em honorários de sucumbência, porém os recursos das partes não foram acolhidos pelo STJ. Então, processo foi remetido ao Supremo Tribunal Federal para julgamento do recurso extraordinário.

Após o julgamento do mérito da ação no final de novembro de 2015, foram distribuídos 13 processos de liquidação da sentença, os quais foram desmembrados para 38 ações, e o Economus está no Grupo G-1, de nº. 0145854.31.2015.4.02.5101, juntamente com mais 9 entidades (Previ, Fusesc, PreviBep, entre outras).

Atualmente, a execução ainda está em fase de instrução, por isso, em atenção ao disposto na Resolução nº 1.180/09 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por não existirem evidências quanto ao recebimento, bem como datas e valores, o Instituto não contabilizou os valores estimados a receber, uma vez que são classificados apenas como "provável", e não como "praticamente certa", a entrada de benefícios econômicos futuros.

13. Provisões Matemáticas

A movimentação das provisões matemáticas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 está resumida como segue:

Descrição	31/Dezembro/2018	Constituição no exercício	31/Dezembro/2019
Benefícios Concedidos	6.773.548	183.847	6.957.395
Contribuição Definida	221.365	20.800	242.165
Benefício Definido	6.552.183	163.047	6.715.230
Benefícios a Conceder	1.949.982	222.200	2.172.182
Contribuição Definida	1.186.844	147.455	1.334.299
Benefício Definido	763.138	74.745	837.883
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(2.230.694)	(37.246)	(2.256.492)
(-) Patrocinador (es)	(1.104.625)	(14.350)	(1.118.975)
(-) Patrocinador (es) 2005	(198.409)	871	(197.538)
(-) Patrocinador (es) 2015	(139.231)	4.890	(134.341)
(-) Patrocinador (es) 2017	(766.985)	(20.111)	(787.096)
(-) Participantes	(120.821)	(4.778)	(125.599)
(-) Participantes 2005	(16.841)	(1.310)	(18.151)
(-) Participantes 2015	(37.952)	2.824	(35.128)
(-) Participantes 2017	(66.028)	(6.292)	(72.320)
(-) Assistidos	(1.005.248)	(6.670)	(1.011.918)
(-) Assistidos 2005	(181.569)	2.181	(179.388)
(-) Assistidos 2015	(122.723)	4.968	(117.755)
(-) Assistidos 2017	(700.956)	(13.819)	(714.775)
Total das Provisões Matemáticas	6.492.836	368.801	6.873.085

13.1. Premissas e Hipóteses Atuariais

Os estudos do teste de aderência relativos a 2019 foram realizados pela consultoria Mercer. A partir de setembro de 2019, o Economus passou a ser assessorado pela consultoria Mirador, responsável técnico-atuarial pelos planos previdenciários, a qual atestou favoravelmente as conclusões dos estudos realizados pela Mercer.

Valores expressos em milhares de Reais

A seguir, os quadros das Premissas e Hipóteses Atuariais adotadas para os planos de benefícios administrados pelo Economus, em 2019 e 2018:

a) Regulamento Complementar nº 1

Premissas e Hipóteses	2019	2018
Taxa Real Anual de Juros	4,50%	4,50%
Indexador do Benefício	INPC	INPC
Fator de Determinação Valor Real – Benefícios	0,9845	0,9845
Tábua de Mortalidade	AT 83 Female	AT 83 Female
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP-2000 Disabled Female	RP-2000 Disabled Female
Tábua de Morbidez	Não Aplicável	Não Aplicável

b) Regulamento Complementar nº 2

Premissas e Hipóteses	2019	2018
Taxa Real Anual de Juros	4,50%	4,50%
Indexador do Benefício	INPC	INPC
Fator de Determinação Valor Real - Benefícios	0,9845	0,9845
Tábua de Mortalidade	AT 83 Female	AT 83 Female

c) Regulamento Geral

Premissas e Hipóteses	2019	2018
Taxa Real Anual de Juros	5,50%	5,85%
Indexador do Benefício	INPC	INPC
Fator de Determinação Valor Real – Benefícios	0,9846	0,9846
Tábua de Mortalidade	AT 2000 M&F	AT 2000 M&F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI-85 Female	MI-85 Female
Tábua de Entrada em Invalidez	TASA 1927	TASA 1927
Tábua de Entrada em Aposentadoria	Retirada	EX GAMA-ECONOMUS 2011-2016 Programa Aposentadoria
Tábua de Rotatividade	GAMA/ROT. EX- ECONOMUS 2007-2016	GAMA/ROT. EX- ECONOMUS 2007-2016
Tábua de Morbidez	EXP-ECONOMUS 2012 - 2018	EX-ECONOMUS 2008-2017
Composição da Família de Pensionistas	Composição Familiar Real	Composição Familiar Real
Crescimento Real de Salários	0,00%	0,00%

d) Plano PrevMais

Premissas e Hipóteses	2019	2018
Taxa Real Anual de Juros	4,25%	4,25%
Indexador do Benefício	INPC e Cota Patrimonial	INPC e Cota Patrimonial
Fator de determinação Valor Real - Benefícios	0,9849	0,9849
Crescimento Real de Salário	1,16%	1,40%
Tábua de Mortalidade	AT 2000 F	AT 2000 F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI – 85 Female	MI – 85 Female
Tábua de Entrada em Invalidez	TASA 1927	TASA 1927
Tábua de Rotatividade	GAMA/ROT Exp. Economus 2007-2016	GAMA/ROT Exp. Economus 2007-2016
Tábua de Morbidez	EX – ECONOMUS 2008-2017	EX – ECONOMUS 2008-2017

13.2. Demonstrativo da Composição das Provisões Matemáticas por Planos

Descrição	Regulamento Complementar n° 1		Regulamento Complementar n° 2		Regulamento Geral		PrevMais		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Benefícios concedidos	13.111	12.612	1.751	1.828	6.408.882	6.255.354	533.651	503.754	6.957.395	6.773.548
Contribuição Definida	-	-	-	-	-	-	242.165	221.366	242.165	221.366
Benefício Definido	13.111	12.612	1.751	1.828	6.408.882	6.255.354	291.486	282.388	6.715.230	6.552.182
Benefícios a conceder	60.405	57.375	46.444	46.507	648.444	580.160	1.416.889	1.265.940	2.172.182	1.949.982
Contribuição Definida	-	-	-	-	-	-	1.334.299	1.186.844	1.334.299	1.186.844
Benefício Definido	60.405	57.375	46.444	46.507	648.444	580.160	82.590	79.096	837.883	763.138
(-) Provisões matemáticas a constituir	(14.117)	(15.477)	(13.860)	(16.318)	(2.228.515)	(2.198.899)	-	-	(2.256.492)	(2.230.694)
(-) Patrocinador (es)	(4.718)	(5.175)	-	-	(1.114.257)	(1.099.448)	-	-	(1.118.975)	(1.104.623)
(-) Patrocinador (es) 2005	-	-	-	-	(197.538)	(198.408)	-	-	(197.538)	(198.408)
(-) Patrocinador (es) 2015	(4.718)	(5.175)	-	-	(129.623)	(134.055)	-	-	(134.341)	(139.230)
(-) Patrocinador (es) 2018	-	-	-	-	(787.096)	(766.985)	-	-	(787.096)	(766.985)
(-) Participantes	(9.359)	(10.259)	(13.859)	(16.315)	(102.381)	(94.248)	-	-	(125.599)	(120.822)
(-) Participantes 2005	-	-	-	-	(18.151)	(16.841)	-	-	(18.151)	(16.841)
(-) Participantes 2015	(9.359)	(10.259)	(13.859)	(16.315)	(11.910)	(11.379)	-	-	(35.128)	(37.953)
(-) Participantes 2018	-	-	-	-	(72.320)	(66.028)	-	-	(72.320)	(66.028)
(-) Assistidos	(40)	(43)	(1)	(3)	(1.011.877)	(1.005.203)	-	-	(1.011.918)	(1.005.249)
(-) Assistidos 2005	-	-	-	-	(179.388)	(181.569)	-	-	(179.388)	(181.569)
(-) Assistidos 2015	(40)	(43)	(1)	(3)	(117.713)	(122.677)	-	-	(117.754)	(122.723)
(-) Assistidos 2018	-	-	-	-	(714.776)	(700.957)	-	-	(714.776)	(700.957)
Provisões matemáticas	59.399	54.510	34.335	32.017	4.828.811	4.636.615	1.950.540	1.769.694	6.873.085	6.492.837

As **Provisões Matemáticas** se comportaram:

Regulamento Complementar n° 1: em relação ao exercício de 2019, houve incremento no compromisso atuarial de 8,97% quando comparado com o exercício de 2018. Portanto, as provisões matemáticas apresentaram variação dentro do intervalo esperado, considerando o envelhecimento da população, tendo em vista que a maior parte do compromisso do plano é destinado ao pagamento de pecúlio por morte, bem como a amortização do deficit equacionado por meio das contribuições extraordinárias.

Regulamento Complementar n° 2: em relação ao exercício de 2019, houve incremento no compromisso atuarial de 7,24% quando comparado com o exercício de 2018. Portanto, as provisões matemáticas apresentaram variação dentro do intervalo esperado, considerando o envelhecimento da população, tendo em vista que a maior parte do compromisso do plano é destinado ao pagamento de pecúlio por morte, bem como a amortização do deficit equacionado por meio das contribuições extraordinárias.

Regulamento Geral: em relação ao exercício de 2019, houve incremento no compromisso atuarial de 4,15% quando comparado com o exercício de 2018. Os principais fatores que influenciaram a variação foram a retirada da “Tábua de Entrada em Aposentadoria”, a alteração da “Tábua de Entrada em Auxílio-doença”, a redução da “Taxa Real Anual de Juros”; e bem como o impacto gerado pela revisão do benefício de assistidos por decisão judicial.

Adicionalmente, no dia 12 de novembro de 2019 houve a aprovação da Emenda Constitucional n° 103, promovendo alterações no Regime de Previdência Social. Dentre as mudanças, destaca-se a redução das cotas para pagamento de benefício de Pensão por Morte, que afetaram diretamente o Plano Regulamento Geral.

Plano PrevMais: em relação ao exercício de 2019, houve incremento no compromisso atuarial de 10,22% quando comparado com o exercício de 2018, explicado basicamente pela quantidade majoritária de participantes ativos, em fase de acumulação de recursos.

13.2.1. Provisões Matemáticas a Constituir

As provisões matemáticas a constituir totalizaram R\$ 2.256.492 (R\$ 2.230.694, em 2018), referentes ao valor atual das contribuições futuras a serem realizadas pelos patrocinadores, participantes e assistidos.

a) Regulamento Complementar n° 1

O decréscimo nas Provisões Matemáticas a Constituir deve-se às contribuições para cobertura do deficit equacionado em 2015, por patrocinador, participantes e assistidos, conforme Plano de Equacionamento aprovado pelo Conselho Deliberativo do Economus.

Deficit Equacionado de 2015

Plano de Benefício Definido (Regulamento Complementar n° 1)		
Deficit Equacionado 2015		
	2019	2018
Valor contratado	20.136	20.136
Saldo devedor atual	14.117	15.477
Prazo de amortização pactuado ⁽¹⁾	147 meses	147 meses
Prazo de amortização restante ⁽¹⁾	71 meses	79 meses
Data de vencimento	até o 5° dia útil	até o 5° dia útil
Atualização Pactuada	INPC + 4,5%	INPC + 5%

(1) O prazo financeiro original é 147 meses, conforme Plano de Equacionamento aprovado pelo Economus, contudo, devido à utilização do Fundo Previdencial para abater o saldo devedor da dívida, o prazo passou para 124 meses. A metodologia de financiamento é Tabela Price, com alíquota de contribuição e prazo de financiamentos recalculados anualmente.

b) Regulamento Complementar n° 2

O decréscimo nas Provisões Matemáticas a Constituir deve-se às contribuições para cobertura do deficit equacionado em 2015, por participantes e assistidos, conforme Plano de Equacionamento aprovado pelo Conselho Deliberativo do Economus.

Deficit Equacionado de 2015

Plano de Benefício Definido (Regulamento Complementar n° 2)		
Deficit Equacionado 2015		
	2019	2018
Valor contratado	22.864	22.864
Saldo devedor atual	13.860	16.318
Prazo de amortização pactuado ⁽¹⁾	87 meses	87 meses
Prazo de amortização restante ⁽¹⁾	48 meses	54 meses
Data de vencimento	até o 5° dia útil	até o 5° dia útil
Atualização Pactuada	INPC + 4,5%	INPC + 5%

(1) O prazo financeiro original é 87 meses, conforme Plano de Equacionamento aprovado pelo Economus, contudo, devido à utilização do Fundo Previdencial para abater o saldo devedor da dívida, o prazo passou para 78 meses. A metodologia de financiamento é Tabela Price, com alíquota de contribuição e prazo de financiamentos recalculados anualmente.

c) Regulamento Geral

O acréscimo nas Provisões Matemáticas a Constituir deve-se à atualização da provisão e entrada de contribuições para cobertura do deficit equacionado em 2005, 2015 e 2017, por patrocinador, participantes e assistidos, conforme Plano de Equacionamento aprovado pelo Conselho Deliberativo do Economus.

Deficit Equacionado de 2005

Plano de Benefício Definido (Regulamento Geral)		
Deficit Equacionado 2005		
	2019	2018
Valor contratado	247.989	247.989
Saldo devedor atual	395.077	396.818
Prazo de amortização pactuado ⁽¹⁾	311 meses	311 meses
Prazo de amortização restante ⁽²⁾	156 meses	169 meses
Data de vencimento	até o 5° dia útil	até o 5° dia útil
Atualização Pactuada	INPC + 5,85%	INPC + 6%

(1) Na Avaliação Atuarial de 31 de dezembro de 2010, foi alterado o método de financiamento utilizado para amortização das Contribuições Extraordinárias referente ao Deficit Equacionado de 2005, que passou para o Método Price. O prazo médio referencial estimado para amortização extraordinária do deficit técnico foi fixado em 311 meses, contados a partir de abril de 2011.

(2) Manutenção das alíquotas atualmente praticadas, tendo sido reavaliado o prazo remanescente máximo segundo o observado quando da realização do equacionamento em vigor.

Deficit Equacionado de 2015

Plano de Benefício Definido (Regulamento Geral)		
Deficit Equacionado 2015		
	2019	2018
Valor contratado	285.605	285.605
Saldo devedor atual	259.246	268.110
Prazo de amortização pactuado ⁽¹⁾	198 meses	198 meses
Prazo de amortização restante ⁽²⁾	163 meses	168 meses
Data de vencimento	até o 5º dia útil	até o 5º dia útil
Atualização Pactuada	INPC + 5,85%	INPC + 6%

(1) O método de financiamento utilizado para amortização das Contribuições Extraordinárias referente ao deficit equacionado de 2015, é o Método Price.

(2) Manutenção das alíquotas atualmente praticadas, tendo sido reavaliado o prazo remanescente máximo segundo o observado quando da realização do equacionamento em vigor.

Deficit Equacionado de 2017

Plano de Benefício Definido (Regulamento Geral)		
Deficit Equacionado 2017		
	2019	2018
Valor contratado	1.533.970	-
Saldo devedor atual	1.574.192	1.533.970
Prazo de amortização pactuado	206 meses	-
Prazo de amortização restante ⁽¹⁾	197 meses	206 meses
Data de vencimento	até o 5º dia útil	-
Atualização Pactuada	INPC + 5,85%	-

(1) O método de financiamento utilizado para amortização das Contribuições Extraordinárias referente ao deficit equacionado de 2017, é o Método Price.

14. Superavit / Deficit Técnico

A composição do superávit / deficit técnico por plano de benefícios, findo em 31 de dezembro de 2019, é resumida como segue:

Superavit/(Deficit) Técnico	Regulamento Complementar 1	Regulamento Complementar 2	Regulamento Geral	PrevMais	Consolidado
Resultado realizado em 01/01/2019	(4.128)	(570)	(118.397)	74.602	(48.493)
Result. Líquido Previdencial	1.170	1.332	(326.865)	52.531	(271.832)
Result. Líquido Investimentos	4.674	2.791	679.102	154.587	841.154
Atual. Provisão Matemática	(4.888)	(2.317)	(192.196)	(180.846)	(380.247)
Fundos Previdenciais	-	-	-	(2.095)	(2.095)
Resultado Realizado em 31/12/2019	(3.172)	1.236	41.644	98.779	138.487
Resultados a Realizar	-	-	7.518	-	7.518
Equilíbrio Técnico em 31/12/2019	(3.172)	1.236	49.162	98.779	146.005

a) Regulamento Complementar n° 1

O equilíbrio técnico acumulado do plano passou de um deficit de R\$ 4.128, em 2018, para R\$ 3.172, em 2019.

A rentabilidade nominal líquida do plano, na aplicação do Patrimônio de Cobertura, ao longo de 2019, foi de 9,23% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 9,18% (INPC acumulado em 2019, de 4,4816%, acrescido da taxa real de juros de 4,50%), o que, em termos reais, representou obter 4,54% contra uma meta atuarial de rentabilidade real líquida de 4,50% ao ano estabelecida para 2019, tomando como indexador base, o INPC do IBGE.

A natureza do resultado mantido pelo plano é conjuntural e estrutural, sendo importante destacar que mais de 80% do passivo atuarial do Plano refere-se ao benefício de Pecúlio por Morte, cujo envelhecimento da população impacta diretamente na evolução deste compromisso.

b) Regulamento Complementar n° 2

O equilíbrio técnico acumulado do plano passou de um deficit de R\$ 570, em 2018, para um

superavit de R\$ 1.236 em 2019.

A rentabilidade nominal líquida do plano, na aplicação do Patrimônio de Cobertura, ao longo de 2019, foi de 8,65% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 9,18% (INPC acumulado em 2019, de 4,4816%, acrescido da taxa real de juros de 4,50%), o que, em termos reais, representou obter 3,99% contra uma meta atuarial de rentabilidade real líquida de 4,50% ao ano estabelecida para 2019, tomando como indexador base, o INPC do IBGE.

A natureza do resultado mantido pelo plano é conjuntural e estrutural, sendo importante destacar que mais de 90% do passivo atuarial do Plano refere-se a um benefício de Pecúlio por Morte, cujo envelhecimento da população impacta diretamente na evolução deste compromisso.

c) Regulamento Geral

O equilíbrio técnico acumulado do plano passou de um deficit de R\$ 118.397, em 2018, para um superávit de R\$ 49.162, em 2019.

No tocante aos ativos do plano, a rentabilidade nominal líquida, ao longo de 2019, foi de 16,62% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 10,59% (INPC acumulado em 2019, de 4,4816%, acrescido da taxa real de juros de 5,85%), o que, em termos reais, representou obter 11,61% contra uma meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5,85% ao ano estabelecida para 2019, tomando como indexador base, o INPC do IBGE.

O resultado superavitário do plano apresenta características conjunturais e estruturais, apresentando como principais causas as alterações de hipóteses atuariais ocorridas no encerramento deste exercício, a aprovação da Reforma da Previdência, bem como o ganho financeiro obtido pela carteira de investimentos do plano.

d) Plano PrevMais

Aumentou sua situação superavitária acumulada de R\$ 74.602, em 2018, para R\$ 98.779, em 2019.

A rentabilidade nominal líquida auferida pelo plano apenas nos ativos de cobertura dos Benefícios de Risco (parcela BD do plano), ao longo de 2019, foi de 10,65% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 8,92% (INPC acumulado em 2019, de 4,4816%, acrescido da taxa real de juros de 4,25%), o que, em termos reais, representou obter 5,90% contra uma meta atuarial de rentabilidade real líquida de 4,25% ao ano estabelecida para 2019, tomando como indexador base, o INPC do IBGE.

A natureza do resultado obtido pelo plano é de causas conjunturais. Pode-se destacar as variações cadastrais ocorridas entre os exercícios bem como o ganho financeiro decorrente da superação da meta atuarial da parcela do plano relativa aos Benefícios de Risco.

14.1. Ajuste de Precificação

Conforme Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, foi criado o ajuste de precificação correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índices de preços classificados na categoria Mantidos até o Vencimento, calculada considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos (valor de Mercado).

A Previc disponibilizou o novo sistema (Venturo) para preenchimento e envio de informações para apuração da Duração do Passivo e do Ajuste de Precificação (DPAP), referentes aos resultados do exercício de 2019, conforme Portaria nº 86/2019.

Valores expressos em milhares de Reais

O ajuste de precificação está restrito aos títulos públicos federais atrelados a índice de preços, que atendam, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- estejam classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento;
- tenham por objetivo dar cobertura aos benefícios a conceder e concedidos com valor ou nível previamente estabelecidos e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como aos benefícios concedidos que adquiriram característica de benefício definido na fase de concessão;
- o valor presente do fluxo dos títulos públicos federais objetos do ajuste (principal e juros) seja igual ou inferior ao valor presente do fluxo de pagamento de benefícios;
- o valor presente do fluxo remanescente dos títulos públicos federais objetos do ajuste (principal e juros) seja igual ou inferior ao valor presente do fluxo remanescente de pagamento de benefícios, apurados anualmente para todo o período do fluxo;
- a duração do fluxo dos títulos públicos federais objeto do ajuste for inferior à duração do fluxo de pagamento de benefícios; e
- esteja demonstrada a capacidade financeira de atendimento às necessidades de liquidez do plano de benefícios.

O ajuste de precificação positivo ou negativo deve ser discriminado no Demonstrativo do Ativo Líquido (DAL) por plano de benefício, para apuração do equilíbrio técnico ajustado.

a) Regulamento Complementar nº 1

O ajuste de precificação foi R\$ 2.365 (R\$ 2.498, em 2018), conforme quadro abaixo:

Sistema Venturo (Previc)			
Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste 2019	Ajuste 2018
26.057	28.422	2.365	2.498

Conforme descrito no capítulo III da Instrução Previc nº 10, de 30 de novembro de 2018, o ajuste de precificação apurado foi de R\$ 2.365, que gerou um Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário de R\$ 807, demonstrado abaixo:

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	2019	2018
a) Equilíbrio Técnico	(3.172)	(4.128)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	2.365	2.498
(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(807)	(1.630)

Segundo a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, considerando a Duração do Passivo do exercício avaliado de 14,03 anos (em 2018, 14,58 anos), o limite legal para o equacionamento do deficit para Avaliação Atuarial de 2019 é de R\$ 5.958 (10,03% das Provisões Matemáticas). Sendo o Equilíbrio Técnico Ajustado inferior ao limite legal em R\$ 5.151, não há necessidade de equacionamento obrigatório até o encerramento do exercício de 2020.

b) Regulamento Complementar nº 2

O ajuste de precificação foi R\$ 940 (R\$ 1.015, em 2018), conforme quadro abaixo:

Sistema Venturo (Previc)			
Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste 2019	Ajuste 2018
8.929	9.869	940	1.015

Conforme descrito no capítulo III da Instrução Previc nº 10, de 30 de novembro de 2018, o ajuste de precificação apurado foi de R\$ 940, que gerou um Equilíbrio Técnico Ajustado superavitário de

Valores expressos em milhares de Reais

R\$ 2.176. De acordo com a legislação vigente, se superavitário, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo.

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	2019	2018
a) Equilíbrio Técnico	1.236	(570)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	1.015
(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	1.236	445

c) Regulamento Geral

O ajuste de precificação foi R\$ 100.360 (R\$ 83.650, em 2018), conforme quadro abaixo:

Sistema Venturo (Previc)				
Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste 2019	Ajuste 2018	
553.680	654.040	100.360	83.656	

Conforme descrito no capítulo III da Instrução Previc nº 10, de 30 de novembro de 2018, o ajuste de precificação resultou em R\$ 100.360, que gerou um Equilíbrio Técnico Ajustado superavitário de R\$ 149.522. De acordo com a legislação vigente, se superavitário, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo.

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	2019	2018
a) Equilíbrio Técnico	49.162	(118.397)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	83.656
(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	49.162	(34.741)

d) Plano PrevMais

O ajuste de precificação foi R\$ 43.696 (R\$ 41.958, em 2018), conforme quadro abaixo:

Sistema Venturo (Previc)				
Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste 2019	Ajuste 2018	
175.339	219.036	43.696	41.958	

Conforme descrito no capítulo III da Instrução Previc nº 10, de 30 de novembro de 2018, o ajuste de precificação resultou em R\$ 43.696, que gerou um Equilíbrio Técnico Ajustado superavitário de R\$ 142.475. De acordo com a legislação vigente, se superavitário, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo.

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	2019	2018
a) Equilíbrio Técnico	98.779	74.602
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	-
(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	98.779	74.602

14.2. Títulos dos Resultados a Realizar

A Secretaria de Previdência Complementar (SPC), atual Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), autorizou, em 09 de junho de 2006, por meio do Ofício nº 2206/SPC/GAB, o registro contábil como Resultados a Realizar, condicionando tal registro à manutenção desses títulos até seu respectivo vencimento, ao saldamento do Plano de Benefícios do Regulamento Geral e à implantação do Plano de Contribuição Variável (PrevMais).

Durante os exercícios de 2002 e 2003, o Economus adquiriu títulos públicos, Notas do Tesouro Nacional (NTN-C), cujo cupom médio de aquisição foi de 10,2% ao ano, classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, alocados ao Plano de Benefícios do Regulamento Geral e compostos da seguinte forma:

Valores expressos em milhares de Reais

Descrição	Quantidade	Vencimento	Resultados a realizar	
			2019	2018
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	53.050	01/04/2021	7.435	10.368
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	88.800	01/04/2021	12.652	17.693
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	124.850	01/04/2021	18.012	25.245
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	6.631	01/04/2021	956	1.340
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	91.670	01/04/2021	13.170	18.444
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	53.093	01/04/2021	7.773	10.921
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	10.000	01/04/2021	1.460	2.050
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	15.000	01/04/2021	2.217	3.119
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	1.500	01/04/2021	215	300
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	126.000	01/01/2031	248.578	215.467
Resultados a Realizar			312.468	304.949

O rendimento a ser gerado por esses papéis, classificados na rubrica Resultados a Realizar, utilizando os preceitos da Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, representa o montante de R\$ 312.468 (R\$ 304.949, em 2018) de receita futura, já reconhecida contabilmente.

15. Fundos

A composição e evolução dos fundos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é a seguinte:

Descrição	2018	Constituições	Reversões	2019
Fundos Previdenciais	15.237	2.095	-	17.332
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	15.237	2.095	-	17.332
PrevMais	15.237	2.095	-	17.332
Fundos Administrativos	76.257	19.329	(15.099)	80.487
Plano de Gestão Administrativa	76.257	19.329	(15.099)	80.487
Fundos dos Investimentos	7.027	1.171	(57)	8.141
Fundo de Contingências de Empréstimos	7.027	1.171	(57)	8.141
Total dos Fundos	98.521	22.595	(15.156)	105.960

15.1. Fundos Previdenciais

Os valores dos Fundos Previdenciais são compostos pelo Fundo de Reversão do Plano PrevMais, constituído pelas parcelas patronais não resgatáveis de Participantes por ocasião da perda do vínculo empregatício e destinadas à cobertura da Conta Coletiva do Plano ou à outra finalidade aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade, conforme consta no regulamento do Plano.

15.2. Fundos Administrativos

O Fundo Administrativo tem por finalidade garantir o pagamento das despesas relativas à manutenção da estrutura administrativa do Economus. É constituído ou revertido a partir do resultado positivo ou negativo encontrado na equação entre receitas, despesas e rendimentos auferidos nos investimentos da Gestão Administrativa.

Participação no Fundo Administrativo	2019	2018
Fundo administrativo do Regulamento Complementar nº 1	2.620	2.161
Fundo administrativo do Regulamento Complementar nº 2	3.860	2.954
Fundo administrativo do Regulamento Geral	49.256	47.701
Fundo administrativo PrevMais	24.751	23.441
Total do Fundo Administrativo	80.487	76.257

15.3. Fundos dos Investimentos

Descrição	2019	2018
Fundo dos investimentos do Regulamento Complementar n° 1	58	30
Fundo dos investimentos do Regulamento Complementar n° 2	33	19
Fundo dos investimentos do Regulamento Geral	6.182	5.626
Fundo dos investimentos PrevMais	1.868	1352
Total dos Fundo de investimentos	8.141	7.027

O Fundo dos Investimentos destina-se à garantia de cobertura do saldo devedor de empréstimos a participantes ativos e assistidos.

16. Resultado Administrativo

Em conformidade com a CNPC n° 29, de 13 de abril de 2018, Instrução SPC n° 34, de 24 de setembro de 2009, e alterações posteriores, os registros das operações administrativas do Economus são efetuados no Plano de Gestão Administrativa (PGA), que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas sobras de custeio administrativo adicionado do rendimento auferido na carteira de investimentos e tem por objetivo a cobertura de despesas administrativas a serem realizadas pelo Economus na administração dos planos de benefícios, na forma dos respectivos regulamentos.

16.1. Receitas Administrativas

A composição das receitas administrativas é a seguinte:

Descrição	2019	2018
Gestão Previdencial	16.850	20
Contribuições do Patrocinador (es) ^a	8.088	8
Contribuições dos Participantes ^a	8.736	10
Contribuições dos Autopatrocinados	26	2
Gestão Assistencial	23.972	26.507
Reembolso do Plano Assistencial	23.972	26.507
Investimentos	8.896	1.280
Custeio Administrativo ^a	7.371	-
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos ^a	1.525	1.280
Outros	449	492
Reembolso de Custas Judiciais	449	492
Total das Receitas Administrativas	50.167	28.299

a) Em abril de 2019, foi retomada a cobrança das taxas para cobertura das despesas administrativas.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas correspondem aos gastos realizados pelo Economus para administração dos planos de benefícios, planos assistenciais e das carteiras de investimentos, conforme segue:

Descrição	2019	2018
Administração Previdencial, Assistenciais e dos Investimentos	49.057	50.278
Pessoal e Encargos ^a	33.005	35.221
Treinamentos, Congressos e Seminários	270	154
Viagens e Estádias	180	218
Serviços de Terceiros	11.408	10.277
Despesas Gerais	3.155	3.293
Depreciação e Amortização	672	740
Tributos	367	367
Outras Despesas	-	8
Total das Despesas Administrativas	49.057	50.278

a) Em 2018, iniciou o Programa de Eficiência e Otimização Operacional, com o principal objetivo de aumentar a eficiência e a produtividade do Economus, visando a mitigação de riscos e redução das despesas operacionais.

Valores expressos em milhares de Reais

As despesas administrativas das áreas vinculadas diretamente às gestões previdencial, de investimentos e assistencial são registradas nos respectivos grupamentos contábeis definidos pela Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, no ato da ocorrência do fato contábil.

As despesas originadas nas demais áreas (Administração, Atendimento, Comunicação, Contabilidade, Controladoria, Gestão de Pessoas, Tecnologia, etc.) são registradas nas contas contábeis da gestão previdencial e segregadas para as gestões de investimentos e assistencial, ao final de cada mês, por meio de critérios preestabelecidos.

O critério de rateio das despesas administrativas foi atualizado a partir de abril de 2020, atende a legislação vigente e às boas práticas de governança. Leva em conta a diversidade de tarefas na administração dos planos previdenciais e assistenciais, uma vez que pondera número de participantes nos planos, situação de cada um deles, os respectivos processos de trabalho, quantidade de guias de atendimento assistenciais com os respectivos pesos operacionais (complexidade), além do tamanho e composição do patrimônio investido.

Os critérios para a segregação contábil das despesas administrativas do Economus tiveram a seguinte distribuição entre as gestões previdencial, de investimento e assistencial:

Distribuição das Despesas Administrativas												
Gestão	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Previdência	28,84%	29,24%	23,53%	33,00%	30,44%	32,35%	35,36%	36,31%	44,22%	31,09%	33,40%	36,61%
Investimento	12,81%	14,79%	20,80%	18,16%	17,60%	20,29%	17,74%	17,15%	12,87%	18,14%	18,17%	18,87%
Assistência	58,35%	55,97%	55,67%	48,84%	51,96%	47,36%	46,91%	46,54%	42,91%	50,77%	48,43%	44,52%
Total	100%											

Em conformidade com as normas publicadas pelos órgãos federais competentes e fiscalizadas pela Previc, todas as despesas administrativas contabilizadas no PGA, atribuídas à administração assistencial, são reembolsadas integralmente pelos planos de assistência à saúde, conforme segue:

Descrição	2019	2018
Administração Previdencial e dos Investimentos	25.085	23.771
Pessoal e Encargos	16.069	16.255
Treinamentos, Congressos e Seminários	145	75
Viagens e Estádias	108	139
Serviços de Terceiros	6.027	4.533
Despesas Gerais	1.697	1.654
Depreciação e Amortização	672	740
Tributos	367	367
Outras Despesas	-	8
Administração Assistencial (100% reembolsado pelo Assistencial)	23.972	26.507
Pessoal e Encargos	16.936	18.967
Treinamentos, Congressos e Seminários	125	79
Viagens e Estádias	72	78
Serviços de Terceiros	5.381	5.744
Despesas Gerais	1.458	1.639
Total das Despesas Administrativas	49.057	50.278

16.2. Constituição do Fundo Administrativo

O fundo administrativo resulta da diferença entre as receitas e despesas administrativas, acrescido das provisões e reversões contingenciais e do resultado dos investimentos, conforme demonstrado abaixo:

Valores expressos em milhares de Reais

Descrição	2019	2018
(+) Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	16.850	20
(+) Custeio Administrativo dos Investimentos	8.896	1.280
(+) Reembolso da Gestão Assistencial	23.972	26.507
(+) Outras Receitas Administrativas	449	492
(-) Despesas da Administração Previdencial	(16.499)	(17.048)
(-) Despesas da Administração dos Investimentos	(8.586)	(6.723)
(-) Despesas da Administração Assistencial	(23.972)	(26.507)
(=) Sobras do Custeio Administrativo	1.110	(21.979)
(+/-) Contingências Administrativas	(682)	(313)
(+/-) Resultado dos Investimentos Administrativos	3.802	5.396
(=) Constituição do Fundo Administrativo	4.230	(16.896)

17. Resultado dos Investimentos

17.1. Resultado Bruto por Tipo de Emissor

O resultado bruto dos investimentos está representado pelas variações positivas, deduzidas das variações negativas do período, conforme abaixo:

Descrição	Regulamento Complementar nº 1		Regulamento Complementar nº 2		Regulamento Geral		PrevMais		PGA		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Por Tipo de Emissor	4.809	4.376	2.871	2.670	685.334	673.887	158.186	138.770	3.802	5.396	855.002	825.099
Notas do Tesouro Nacional	2.381	2.264	1.681	1.606	444.288	426.513	26.973	25.521	-	-	475.323	455.904
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	124	-	124	-
Créditos Privados e Depósitos	955	616	387	348	19.419	18.285	37.061	35.877	632	643	58.454	55.769
Ações	-	-	-	-	14.877	14.210	-	-	-	-	14.877	14.210
Fundos de Invest. (Renda Fixa)	753	772	412	296	8.032	12.139	53.940	55.449	3.355	4.987	66.492	73.643
Fundos de Invest. (Ações)	-	-	-	-	114.496	45.131	28.339	11.743	-	-	142.835	56.874
Fundos de Invest. (Direito Creditório)	-	12	-	12	-	253	1.379	1.686	-	-	1.379	1.963
Fundos de Invest. (Participações)	-	-	-	-	44.802	132.826	476	(250)	-	-	45.278	132.576
Fundos de Invest. (Imobiliário)	-	-	-	-	5.078	3.270	-	-	-	-	5.078	3.270
Investimentos Imobiliários	-	-	-	-	26.088	12.357	-	-	-	-	26.088	12.357
Empréstimos e Financiamentos	726	716	397	411	8.491	9.101	10.143	8.666	-	-	19.757	18.894
Relacionados com o Disponível	(6)	(4)	(6)	(3)	(446)	(389)	(125)	(77)	(62)	(62)	(645)	(535)
Outros Investimentos	-	-	-	-	209	191	-	155	(247)	(172)	(38)	174
Dos Planos	(135)	(69)	(79)	(41)	(6.232)	(1.128)	(3.599)	(1.078)	-	-	(10.045)	(2.316)
Contingências de Investimentos	-	-	-	-	(35)	(25)	-	-	-	-	(35)	(25)
Despesas Adm. de Investimentos	(108)	(46)	(64)	(26)	(5.641)	(515)	(3.082)	(693)	-	-	(8.895)	(1.280)
Fundos de Investimentos	(27)	(23)	(15)	(15)	(556)	(588)	(517)	(385)	-	-	(1.115)	(1.011)
Resultado Positivo dos Investimentos	4.674	4.307	2.792	2.629	679.102	672.758	154.587	137.692	3.802	5.396	844.957	822.782

17.2. Resultado do Fluxo dos Investimentos

O resultado positivo obtido na apuração do fluxo dos investimentos em 2019 está demonstrado a seguir:

Descrição	2019	2018
Resultado da Gestão Previdencial	841.155	817.386
Fluxo dos Investimentos Regulamento Complementar nº 1	4.674	4.307
Fluxo dos Investimentos Regulamento Complementar nº 2	2.792	2.629
Fluxo dos Investimentos do Regulamento Geral	679.102	672.758
Fundo dos Investimentos PrevMais	154.587	137.692
Resultado da Gestão Administrativa	3.802	5.396
Fluxo dos Investimentos do PGA	3.802	5.396

18. Partes Relacionadas

As partes relacionadas da Entidade podem ser assim consideradas: os patrocinadores e seus administradores, compostos pelos membros do Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no Estatuto Social da Entidade.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as transações com o patrocinador Banco do Brasil S.A. são as seguintes:

Descrição	2019	2018
Ativo	135.875	126.668
Disponível	638	24
Depósitos Judiciais e Recursais do Regulamento Complementar nº 1 e nº 2	822	837
Letras Financeiras	134.252	125.632
Investimentos Imobiliários	163	175
Resultado	4.017	4.219
Resultado das Letras Financeiras	1.932	2.142
Resultado dos Investimentos Imobiliários	2.085	2.077

Remuneração da Administração

O Economus considerou como pessoal-chave da administração os integrantes da Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo. Os valores com os benefícios de curto prazo no exercício de 2019 somaram R\$ 1.835 (R\$ 1.441, em 2018) e R\$ 260 (R\$ 198, em 2018), respectivamente.

19. Aprovação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo, em 14 de maio de 2020.

20. Outras Informações

Apólice nº 745 - Seguro de vida em grupo funcionários

A apólice 745 foi emitida pela Companhia de Seguros do Estado de São Paulo (Cosesp), para os empregados do Banco do Brasil S.A., oriundos do extinto Banco Nossa Caixa S.A. Em dezembro de 2004, a seguradora comunicou ao Instituto o desinteresse em promover a renovação da referida apólice, cujo término deu-se em 30 de junho de 2005. A Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas do Banco Nossa Caixa S.A. (Afaceesp), comunicou aos associados em 01 de junho de 2005, a oportunidade de questionar na Justiça o referido cancelamento. Com a adesão dos funcionários, peticionou Ação Declaratória com Condenação em Obrigação de Fazer para a manutenção dos autores na apólice de seguro de vida em grupo nº 745. Liminar foi concedida para a manutenção da apólice.

Em 02 de julho de 2019, transitou em julgado o acórdão do Supremo Tribunal Federal (STF), que manteve o entendimento do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), no sentido da legalidade do cancelamento da apólice 745. A Companhia de Seguros do Estado de São Paulo (Cosesp), em 10 de julho de 2019 por intermédio de Notificação Extrajudicial, solicitou ao Economus que cessasse a partir dessa data, o repasse de quaisquer valores a título de prêmio de seguro.

O cancelamento da apólice 745 foi divulgado no *site* do Instituto, assim como orientação detalhada aos segurados, para o recebimento da devolução dos prêmios descontados durante a vigência da liminar, efetuados pela Companhia de Seguros do Estado de São Paulo (Cosesp).

21. Evento Subsequente

Desde janeiro de 2020, com a escalada do novo Coronavírus (covid-19) e a pandemia decretada pela Organização Mundial Saúde (OMS), os mercados financeiros globais têm apresentado deterioração, principalmente, nos ativos financeiros. Os esforços para desacelerar o crescimento do vírus mostram-se efetivos na China continental até o momento, sendo que os demais países têm adotado medidas similares, como fechamento de aeroportos, fábricas, shopping centers, escolas e,

Valores expressos em milhares de Reais

inclusive, fronteiras. Levará tempo para que as medidas tomadas ao redor do mundo consigam estabilizar a curva de crescimento de novos casos de contaminação pela doença. Os reais impactos na economia real ainda são incertos e de difícil mensuração e também dependerão da efetividade das medidas adotadas pelos Governos e dos esforços coordenados dos Bancos Centrais para prover liquidez ao mercado e às empresas dos setores mais afetados.

A governança do Economus monitora a situação diariamente, tendo em vista que o mercado financeiro no Brasil e em outras economias maduras vem apresentando substancial desvalorização no valor dos ativos financeiros, incluindo aqueles atualmente detidos pelo Economus.

De acordo com as demonstrações e notas explicativas detalhadas acima referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Amauri Aguiar de Vasconcelos
Diretor Superintendente
CPF 241.975.483-20

Júlio Cezar Tozzo Mendes Pereira
Diretor Financeiro
CPF 379.765.161-91

Mauricio Aparecido Lopes
Diretor de Seguridade
CPF 078.627.298-89

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
Contador
CRC 1 SP 241642/O-1
CPF 222.044.038-90

